

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CARLA VALÉRIA FREITAS DE ARAÚJO

ECOTURISMO, SUA PRÁTICA, SEU ESPAÇO

NITERÓI, NOVEMBRO DE 2003

CARLA VALÉRIA FREITAS DE ARAÚJO

ECOTURISMO, SUA PRÁTICA, SEU ESPAÇO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia da
Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção
do Grau de Mestre em Geografia

NITERÓI, NOVEMBRO DE 2003

CARLA VALÉRIA FREITAS DE ARAÚJO

ECOTURISMO, SUA PRÁTICA, SEU ESPAÇO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Geografia

Aprovada em novembro de 2003.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ester Limonad
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal Fluminense
(orientadora)

Prof. Dr. Jacob Binsztok
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rainer Randolph
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

2003

A663 Araújo, Carla Valéria Freitas de
Ecoturismo, sua prática, seu espaço/Carla Valéria Freitas
de Araújo. – Niterói: s.n., 2003.

105 p.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade
Federal Fluminense, 2003.

1. Ecoturismo. 2. Turismo – Aspectos ambientais.
I. Título.

CDD 338.4791

Dedicatória

Dedico este trabalho à Maria Emília.

Agradecimentos

Foram muitos os que contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho. Começo agradecendo à Ester Limonad, orientadora cujas palavras de incentivo nunca faltaram.

Sou grata à amiga Tilda, por não ter deixado que o ânimo de continuar trabalhando me faltasse.

Agradeço à minha família querida, pelo companheirismo e, especialmente, pela compreensão em perdermos tantos momentos juntos.

Também agradeço a meus grandes amigos, por me darem tanta força durante todo esse tempo.

Agradeço a Alessandro, companheiro verdadeiro, sempre disposto a ouvir e ajudar nas horas mais difíceis.

E agradeço especialmente à Maria Emília, mãe maravilhosa, por todo o esforço e dedicação dispensados a mim durante toda a vida.

Obrigada a todos.

Resumo

O presente trabalho busca realizar uma análise da possível contribuição do estudo da questão ambiental e da sustentabilidade, sem perder de vista a justiça ambiental, para o desenvolvimento de práticas de ecoturismo.

O ecoturismo, enquanto segmento do turismo, é considerado a atividade capaz de conciliar a conservação do patrimônio natural e cultural com o uso sustentável do mesmo.

Sendo assim, o trabalho consiste em um estudo com duas vertentes, uma primeira voltada à discussão do turismo e ecoturismo e, uma segunda, preocupada em situá-los frente às questões que servem de base legitimadora para estas atividades.

Além disso, a prática do turismo e do ecoturismo no Brasil é aqui descrita, no sentido de mostrar as proposições oficiais voltadas para direcionar e regulamentar essas atividades no país.

A título de conclusão, o trabalho trata do distanciamento entre as proposições (o ideal) e as práticas (o real) na implementação das atividades de ecoturismo, buscando mostrar as potencialidades da atividade.

Turismo; Ecoturismo; Sustentabilidade.

Abstract

The present work search to analyze the possible contribution of the environmental question and the sustainability for the ecotourism practices development.

The ecotourism, how a tourism segment, is considerate the activity able to conciliate the conservation of the natural and the cultural patrimony with the sustainable use of them.

This work consist in a study divided in two parts: the first one referring to the tourism and ecotourism; and the second one worried about to situate them in front of the questions that serve of the legitimated base for his activities.

Besides, the tourism end ecotourism practice in Brazil is described here to show the official propositions that are responsible to direct and regulated this activities.

The conclusion discuss about the distance that exists between the propositions (the ideal) and the practices (the real) in the ecotourism activities implementation, searching to show the potentialities of this activity.

Tourism; Ecotourism; Sustainability.

Lista de Mapas, Figuras e Tabelas

Figura 1 – Fluxograma com dois níveis de segmentação do turismo	29
Mapa 4.2.3 – Mapa do Ecoturismo no Brasil	75
Tabela 4.2.3.a – Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil – 2001	73
Tabela 4.2.3.b – Distribuição Regional dos Pólos de Ecoturismo em 2000	76
Tabela 4.2.3.c – Caracterização da Oferta Ecoturística por Ecotemas	77

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

ANAMMA	Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAB	Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CETESB	Companhia Estadual de Saneamento Básico
CNUMAD (ECO 92)	Conferência do Rio de Janeiro ou Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EAA	<i>Ecotourism Association of Australia</i>
ECOBRAZIL	Associação Brasileira de Ecoturismo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAO	Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IEB	Instituto de Ecoturismo do Brasil
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal
NEAP	Programa Nacional de Certificação de Ecoturismo da Austrália
NEPAM	Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT ou WTO	Organização Mundial de Turismo ou <i>World Tourism Organization</i>
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PATA	<i>Pacific Asia Travel Association</i>
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROECOTUR	Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA-SP	Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TIES	<i>The International Ecotourism Society</i>
UCs	Unidades de Conservação
WWF	Fundo Mundial para a Vida Selvagem
WWTC	<i>World Travel and Tourism Council</i> (Conselho Mundial de Viagem e Turismo)

“Quem planeja a curto prazo, deve plantar cereais;

a médio prazo, deve plantar árvores;

e a longo prazo, deve educar as pessoas”.

Kwantzu, Filósofo Chinês A.C.

Sumário

1. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA	1
2. TURISMO E ECOTURISMO.....	4
2.1. TURISMO	6
2.1.1. Breve resgate histórico do turismo.....	6
2.1.2. Aspectos conceituais do turismo.....	11
2.1.3. Prática do turismo	13
2.2. ECOTURISMO.....	17
2.2.1. Breve resgate histórico do ecoturismo.....	17
2.2.2. Aspectos conceituais do ecoturismo.....	18
2.2.3. Os diferentes segmentos do ecoturismo.....	20
2.3.4. O ecoturismo.....	23
3. ECOTURISMO, A QUESTÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE.....	31
3.1. A QUESTÃO AMBIENTAL.....	33
3.2. SUSTENTABILIDADE	40
3.3. AS ORIGENS DO ENTRELAÇAMENTO ENTRE A QUESTÃO AMBIENTAL, A SUSTENTABILIDADE E O ECOTURISMO.....	48
3.4. ECOTURISMO, A QUESTÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE	53
4. TURISMO E ECOTURISMO NO BRASIL.....	61
4.1. TURISMO NO BRASIL	63
a) Programa de Desenvolvimento Sustentado Avança Brasil	64
b) Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT	65
4.2. O ECOTURISMO NO BRASIL.....	69
5. À GUIA DE CONCLUSÃO - ECOTURISMO ENTRE O IDEAL E O REAL.....	79
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
7. ANEXOS	87
ANEXO I – Principais Modalidades e Destinos Turísticos – EMBRATUR (2002).....	87
ANEXO II – Declaração de Ecoturismo de Quebec.....	89
ANEXO III – Carta do Turismo Sustentável do Icomos	95

1. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA

A escolha do tema foi feita com base no trabalho de conclusão do curso de graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal Fluminense, intitulado “*Ecoturismo em Itaipuaçu: Uma forma de Preservação Ambiental aliada ao Desenvolvimento Sustentável*” (ARAÚJO, 2000), onde se buscou apresentar uma proposta urbanística voltada para o desenvolvimento da atividade ecoturística no Distrito de Itaipuaçu, em Maricá, município pertencente à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, vizinho da Região das Baixadas Litorâneas.

Aos poucos, o interesse pelo tema e a busca por novas idéias e opiniões a esse respeito fizeram perceber a relevância do estudo do ecoturismo¹, bem como a pertinência de desenvolver um trabalho dentro desta temática, no intuito de contribuir com a produção acadêmica.

O objetivo do trabalho é realizar uma análise da possível contribuição do estudo da questão ambiental e da sustentabilidade, sem perder de vista a justiça ambiental – na perspectiva de Acselrad & Leroy (1999) – para o desenvolvimento de práticas de ecoturismo.

¹ Denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado, iniciativa privada ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativa da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliações constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável. É claro que todas as atividades turísticas no turismo ecológico podem, em geral, ser realizadas, desde que rigorosamente observadas as restrições do uso do espaço. No Brasil, o ecoturismo, além de ser comumente confundido com o turismo ecológico, está até o momento circunscrito a poucos casos, levando em conta que as nossas áreas de conservação e proteção ambiental ainda não dispõem de uma política integrada e de um planejamento estratégico de uso e ocupação voltados especificamente para o turismo (BENI, 1999).

A atividade ecoturística surge como um segmento da atividade turística que se coloca como capaz de conciliar a conservação do patrimônio natural e cultural com o uso sustentável do mesmo. Nesse contexto, envolve os temas questão ambiental e sustentabilidade, o que se pode comprovar através da definição de ecoturismo apresentada pelo documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (MICT/MMA, 1995):

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Comprovando ainda a pertinência deste estudo, tem-se o ecoturismo como tema do ano de 2002, *Ano Internacional do Ecoturismo*. Essa foi uma estratégia da Organização das Nações Unidas (ONU) para voltar a atenção dos governos ao segmento da indústria de viagens que mais cresce no mundo. De acordo com a EMBRATUR (2002), o ecoturismo cresce 20% ao ano, enquanto o turismo tradicional apenas 8%. A ECOBRASIL (Associação Brasileira de Ecoturismo) prevê que o Brasil alcance um crescimento de cerca de 10% ao ano.

O norte geral do trabalho é caracterizar e situar a atividade do ecoturismo, que se propõe enquanto um meio de contribuir para a conservação da natureza e para o desenvolvimento local.

Neste sentido, serão trabalhadas as noções chave de turismo e ecoturismo, e para situar a discussão e avançar nessa reflexão será aprofundada a discussão relativa à questão ambiental e à sustentabilidade. O trabalho consiste, portanto, em um estudo com duas vertentes, uma primeira voltada para a discussão do turismo-ecoturismo propriamente ditos, e uma segunda preocupada em situá-los frente às questões que servem de base legitimadora para estas atividades.

Essas categorias vêm sendo discutidas em todo o mundo, tendo em vista que a deterioração ambiental da cidade e do campo sempre existiu na história da humanidade. Porém, atualmente, observa-se que os processos de degradação do meio ambiente, que acompanham a urbanização, são ainda maiores. Problema que vem sendo agravado pela intensidade de concentração urbana (BONDUKI, 1996, p. 28).

Neste sentido, no segundo capítulo, tratar-se-á inicialmente do turismo, seu

surgimento e desenvolvimento, para a seguir serem caracterizadas as especificidades do ecoturismo, as limitações e imprecisões das definições existentes.

No terceiro capítulo, serão discutidas as do ecoturismo com a problemática ambiental e a sustentabilidade, em virtude do amplo leque de definições existentes a respeito de ecoturismo e do fato destas terem integrado às suas preocupações a problemática ambiental e posteriormente a sustentabilidade do desenvolvimento.

A idéia de sustentabilidade no contexto do ecoturismo é evocada como uma forma de minimizar os efeitos perversos da atividade. Esta noção surge sempre ligada à questão ambiental e tem sido tratada de diversas formas ao longo do tempo, de acordo com a ideologia de desenvolvimento de cada governo e dos agentes responsáveis por sua idealização. No terceiro capítulo, portanto, situar-se-á a implementação da atividade do ecoturismo frente às questões assinaladas, com o intuito de mostrar que a sustentabilidade deve ser entendida não como um dado técnico, mas no campo das relações sociais, relacionada não apenas aos recursos e ao meio ambiente, mas também às formas sociais de apropriação e uso dos recursos naturais.

No capítulo 4, será descrita a prática do turismo e do ecoturismo no Brasil, no sentido de mostrar as proposições oficiais voltadas para direcionar e regulamentar as atividades de turismo e ecoturismo e a abrangência geográfica e o leque de atividades de ecoturismo desenvolvidas no Brasil.

No capítulo 5, a título de conclusão, tratar-se-á do distanciamento entre as proposições (o ideal) e as práticas (o real) na implementação das atividades de ecoturismo, buscando, ainda que de maneira simples, mostrar as potencialidades da atividade desde que considerados os pontos levantados no terceiro capítulo.

2. TURISMO E ECOTURISMO

Nas últimas décadas, a assim chamada indústria do turismo conquistou um importante papel econômico. Segundo dados do *World Travel Tourism Council – WTTC* (apud LINDBERG & HAWKINS, 1995, p. 24), a indústria do turismo é a maior e mais importante do mundo, sendo mais expressiva que a do automóvel, do aço, da eletrônica ou da agricultura. A indústria de viagens e turismo empregava, em 1992, 127.000.000 de trabalhadores (um em cada 15 trabalhadores em todo mundo), com expectativas para sua duplicação até o ano 2005.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT)², o turismo movimenta mais de US\$ 3,5 trilhões anualmente, bem como é considerado por vários órgãos de pesquisa como um dos ramos de atividade comercial que mais cresce no mundo, com um crescimento de 4 a 5% ao ano e um índice de ocupação em torno de 10% da população economicamente ativa (SEMA-SP, [200-], p. 4). Calcula-se que mais de 180 milhões de pessoas vivem direta ou indiretamente desta atividade.

Com o advento da Internet, o turismo é alavancado, trazendo maiores expectativas econômicas, devido à facilidade e rapidez de informação proporcionadas. Os empresários e comerciantes já encontraram o caminho para fazer negócios com a rede mundial, aproveitando todas as possibilidades que o mundo virtual pode oferecer. Atualmente, nessa passagem de milênio, um dos

² A Organização Mundial de Turismo é um organismo intergovernamental, com sede em Madri, ao qual as Nações Unidas confiaram a promoção e o desenvolvimento do turismo. Ela é composta por cento e trinta e nove países e territórios e também fazem parte dela trezentos e cinquenta representantes do setor do setor privado, como companhias aéreas e grupos hoteleiros.

setores do turismo na Internet que possui maior ênfase no mercado é justamente o ecoturismo. (Revista Guia da Internet. br, fev. 98, n. 21, p. 42).

Dentro da indústria do turismo, segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo – SEMA-SP ([200-], p. 4), o segmento do ecoturismo seria o de maior expansão (20% ao ano), em virtude da relevância que os temas ligados ao meio ambiente conquistaram na contemporaneidade.

O ecoturismo vem sendo celebrado por órgãos governamentais, bem como pela mídia, como uma atividade de baixo impacto ambiental, uma possibilidade de sustentação econômica para unidades de conservação ambiental e uma alternativa às economias das regiões onde atividades tradicionais (como a pequena agricultura familiar, o extrativismo, a pesca artesanal, entre outras) não têm se conseguido manter: seja por estas atividades terem se tornado insuficientes para manterem as populações; seja em razão das restrições legais ambientais que tornam tais atividades incompatíveis com a conservação ambiental, agravando o quadro de subsistência destas populações.

A despeito do avanço das questões ambientais e da importância do ecoturismo enquanto atividade surgida na década de 80, persiste tanto nos debates e na reflexão sobre o tema quanto na prática do ecoturismo uma grande indefinição sobre o que poderia ser de fato o ecoturismo. Há que se ressaltar a multiplicidade de acepções com que o termo pode ser empregado, servindo para abrigar uma ampla gama de atividades que garantem o “contato” com a natureza, indo da prática de caminhadas à observação de aves em locais isolados e de difícil acesso.

Como será visto adiante, o termo ecoturismo apresenta uma diversidade de definições que dificultam a sua delimitação e categorização analítica, uma vez que estas definições apresentam diferenças no que concerne aos atores envolvidos e às práticas do turismo em si.

Enfim, não se pode esquecer do fato do ecoturismo ser um segmento particular da assim chamada indústria do turismo, o que lhe confere algumas particularidades, as quais devem ser tomadas em consideração ao se situar o ecoturismo como uma prática espacial que, entre outras práticas, contribui para uma organização particular do espaço. Neste sentido, no presente capítulo, tratar-se-á inicialmente do turismo, seu surgimento e desenvolvimento, para a seguir

serem caracterizadas as especificidades do ecoturismo, as limitações e imprecisões das definições existentes a seu respeito.

2.1. TURISMO

Para situar o surgimento das atividades de turismo e ecoturismo, tratar-se-á aqui do surgimento do turismo enquanto atividade social, de seus aspectos conceituais e de sua prática. Para tanto, contar-se-á principalmente com as contribuições de: Krippendorf (1989); Andrade (1992); Dumazedier (1994); Beni (1998); Lash & Urry (1998); Martins (2001); e Fratucci (2002).

2.1.1. Breve resgate histórico do turismo

Muitos estudos sobre o turismo afirmam que o ato de viajar ou de se deslocar pelo território é característico do homem enquanto ser racional. O homem aos poucos passou a planejar seus deslocamentos, a estudar os roteiros, o tempo gasto e como suprir suas necessidades básicas durante eles.

Existem algumas evidências, enumeradas por Acerenza e Padilla (apud FRATUCCI, 2000, p. 28), de que as viagens já existiam na Antigüidade: desde a Odisséia escrita por Homero, mostrando que os gregos viajavam entre suas cidades, por ocasião dos jogos olímpicos, bem como Heródoto, em diversas obras, descreve muitas viagens realizadas.

Existem fartas evidências históricas de que os romanos desenvolveram o hábito dos banhos termais e da construção de “villas” em localidades próximas ao litoral, além de realizarem extensas viagens pelo seu império. Não podemos esquecer da fundação de cidades como Bath na Inglaterra, que procuravam explorar as fontes termais, bem como das cidades de Pompéia e Herculano aos pés do Vesúvio, destruídas por erupções deste vulcão, voltadas para o veraneio e lazer dos ricos patrícios romanos nos períodos mais quentes do ano. Enfim, os romanos já apresentavam uma preocupação com o calçamento de estradas, sistemas de comunicação e com o tempo livre para alguns súditos do império.

Com o fim do Império Romano, no entanto, as viagens sofreram uma retração por conta da insegurança provocada pelas invasões bárbaras no continente europeu. Séculos mais tarde, com as Cruzadas, ressurgem as viagens de peregrinos, soldados e mercadores, que contribuíram para revitalizar o comércio na Europa Medieval.

No século XV, surgem viagens com motivação diferente da dos peregrinos e, para Acerenza (apud FRATUCCI, 2000, p. 29), “no período que se inicia no século XVI e que vai até quase meados do século XIX, se estabelecem as bases do turismo moderno”.

Um sistema elaborado de pousadas exclusivas e para estranhos começou a se desenvolver no final do século XVI. De acordo com Heak (apud LASH & URRY, 1998, p. 347), “A hospedagem começava a comercializar-se e a se remover do contexto da casa”. Para este autor, isso ocorreu devido ao fato da Inglaterra, nesta fase pré-capitalista, possuir uma estrutura social e econômica muito sensível às forças do mercado.

Com o advento da Primeira Revolução Industrial e da máquina a vapor, uma organização mais comercial surge sobretudo ligada ao trem e, em fins do século XIX, à construção de muitos grandes hotéis, em Londres. Estes últimos eram lugares públicos, voltados para satisfazer as necessidades e desejos das classes mais abastadas.

Foi nessa fase da história que surgiu o hábito do *grand tour*, quando os ingleses apenas consideravam detentores de cultura aqueles que tivessem sua educação ou formação profissional coroada por um *grand tour* através da Europa.

De acordo com Andrade (1992, p. 10), as descobertas de novas terras fizeram com que os mais abastados incluíssem nos seus *grand tours*, as viagens às Américas, às Índias Orientais, ao Extremo Oriente, ao Brasil, mais especificamente ao Rio de Janeiro, e ao sul da África.

O hábito dos banhos termais, conhecidos e difundidos na Grécia Antiga e no Império Romano, foi então retomado no século XVIII, que no caso da Inglaterra contribuiu para o reflorescimento de Bath, em particular durante o reinado da rainha Victória.

Deve-se destacar que, em razão da concretização das duas revoluções industriais concluídas antes da metade do século XIX, temos entre outras conseqüências e desdobramentos a constituição de uma classe média próspera, com direito a férias. Somando-se a isso o acelerado desenvolvimento dos transportes, pode-se notar um aumento significativo no número de pessoas que viajavam por prazer a partir de meados do século XIX – regalia até então reservada apenas aos aristocratas, nobres e ricos.

O ano considerado por diversos autores como marco inicial do turismo moderno é 1841, pois foi o ano em que Thomas Cook fundou, na Inglaterra, a primeira agência de viagens do mundo, a *Thomas Cook and Sons*, e, durante a década de 1840, foi o principal agente de viagens e operador de turismo. Na mesma época, Henry Wells criava a *American Express Company*, nos Estados Unidos, e, na cidade do Porto (Portugal), surgia a agência de viagens *Abreu*. Essas três instituições, dentre outras, foram responsáveis pela implantação de muitos dos aspectos operacionais da atividade turística, tais como reservas antecipadas.

Segundo Lash e Urry (1998, p. 339-340), as modalidades de viagens não extraíam todo o proveito da última forma de tecnologia, pois apenas algumas inovações na organização asseguraram, em certos casos, o sucesso destas novas tecnologias. Como exemplo disto, temos os trens e vapores do final do século XIX, que passaram a desenvolver seu potencial no mercado internacional a partir da criação do sistema de *vouchers* (bilhetes de viagem) por Thomas Cook.

Ou ainda, anos mais tarde, o sucesso das viagens a jato se deu através da inovação das férias com alojamento e comida incluídos, organizados pelos operadores de viagens. É, portanto, imprescindível que as inovações na tecnologia sejam acompanhadas por transformações organizativas para que alcancem sucesso.

No entender de Fratucci (2000, p. 30), as raízes do turismo classificado como moderno teria por base “o surgimento da sociedade capitalista industrial e a aceleração do processo de urbanização”. Lefèbvre também contribui neste sentido ao assinalar como um dos resultados do advento do capitalismo industrial a mercantilização dos lugares. Chamar ainda a atenção para o fato de que, referindo-se às cidades mais antigas, “o núcleo urbano torna-se assim produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia,

suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar” (1969, p. 17).

O turismo moderno começou a ser praticado inicialmente pela elite europeia no final do século XIX, cujas riquezas e terras arrendadas a outros, permitia-lhes o lazer e o turismo. As estações balneárias, bem como a hotelaria de maior porte, começaram a ser produzidas a partir da demanda desta classe (MARTINS, 2001, p. 11).

Apesar das conquistas obtidas com as suas lutas e organização, o proletariado, que emergiu como classe no decorrer dos séculos XVIII e XIX, ainda estará lutando pelo direito ao ócio, férias e jornada de oito horas de trabalho até as primeiras décadas do século XX. Não podemos esquecer das contribuições de Paul Lafargue (1978) que escreveu sobre a necessidade de descanso do trabalhador e sobre as lutas sociais nesta perspectiva na França, em *O Direito à Preguiça*, bem como Weffort (1980), que caracteriza a questão operária como caso de polícia em seu livro sobre populismo no Brasil.

Portanto, é principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, com o advento dos anos dourados do fordismo, e concomitante regulamentação das relações industriais, que os trabalhadores passaram a dispor de um tempo livre remunerado, sem atividades laborais. Isto, segundo Martins (2001, p. 12), contribuiu para permitir a participação de amplas massas no processo turístico, intensificado pelo surgimento acelerado de novos meios de comunicação de massa, pelo desenvolvimento dos transportes, das férias remuneradas e da melhor organização da própria atividade turística, com implantação das indústrias do entretenimento.

De acordo com Lash e Urry (1998, p. 341), algumas inovações organizativas mudaram a maneira de ser dos viajantes, como, por exemplo, de hotéis monumentais no centro de metrópoles em fins do século XIX, localizados junto às grandes estações ferroviárias; o desenvolvimento de lugares de férias entre as duas guerras, com serviços superiores para massas de turistas; e, no período pós-guerra, a proliferação de pacotes de férias, pondo a viagem ao estrangeiro ao alcance de um mercado de massas no Norte da Europa. Assim, ainda segundo estes autores, o *tour* em pacote, ou seja, com tudo incluído, foi o mais importante serviço criado por ocasião do turismo organizado (1998, p. 360).

Confirmando o que foi dito, Lash e Urry (1998, p. 349) afirmam que o *turismo organizado* ou *turismo de massa*, expressão mais marcante do turismo moderno, deve sua origem a uma série de desenvolvimentos econômicos, técnicos e sociais. Podemos citar: um processo de urbanização acelerado; um aumento do tempo livre, devido à sistematização do trabalho e à melhor regulação dos horários e condições do trabalho; a criação de novos métodos para facilitar e organizar a viagem; e os grandes avanços tecnológicos dos sistemas de comunicação e de transportes. A viagem deixou então de ser privilégio da classe mais abastada e sinal de *status*, passando a ser acessível a um maior número de pessoas.

Parece que, atualmente, as pessoas desejam viajar pela necessidade de se distanciar do ritmo estressante de suas vidas cotidianas, situação imposta pelas próprias condições sociais da nossa sociedade.

Para Krippendorf (1989, p. 17), as características do cotidiano da sociedade moderna – trabalho cada vez mais mecanizado, fragmentado e determinado fora da esfera da vontade do indivíduo – criam uma sensação de monotonia, de repressão dos sentimentos, isolamento e

[...] geram o stress, o esgotamento físico e psíquico, o vazio interior e o tédio [...]. Para encontrarmos uma compensação a tudo que nos falta no cotidiano [...] viajamos [...]. Com efeito, viajamos para viver, para sobreviver. Assim, o grande êxodo das massas que caracteriza nossa época é consequência das condições geradas pelo desenvolvimento da nossa sociedade industrial.

A lógica do capitalismo, assim, se reproduz uma vez mais. O turista viaja para relaxar e revigorar-se e ao fazê-lo torna-se consumidor de objetos, coisas e lugares. Neste sentido, pode-se dizer que o capitalismo acaba por tirar proveito do turismo para garantir sua reprodução, na medida que o capital apropria-se do tempo livre dos trabalhadores para transformá-lo em tempo de consumo. Através da ação da mídia e comunicação de massa, a recreação, o lazer e a viagem passaram a ser necessidades fundamentais para muitos trabalhadores.

De acordo com Milton Santos (1996), pode-se dizer que, mesmo em férias, os trabalhadores, e, assim como eles, todos aqueles que praticam o turismo, convertem-se em consumidores de fixos e fluxos específicos: certos lugares (cidades, vilas, povoados) e determinadas localizações (sítios, acidentes geográficos) convertem-se em objetos de consumo. Ao mesmo tempo, para viabilizar este consumo, são necessárias infra-estruturas de acomodações,

alimentação e entretenimento (fixos) e de transportes e comunicações (fluxos). Uma vez acabadas as férias, resta-lhes o retorno ao trabalho, o que significa voltar mais uma vez a vender sua força de trabalho. Trabalha-se para tirar férias, e tira-se férias para voltar a trabalhar.

2.1.2. Aspectos conceituais do turismo

Para Andrade (1992, p. 30-31), “a matriz do radical *tour* é do latim, através do substantivo *tornus*, do verbo *tornare*, cujo significado é giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida”. Este autor afirma ainda que anterior ao termo latino *tornus* é a palavra *tour*, não da língua francesa, mas do hebraico antigo, em seu sentido puro e literal, como expressão designativa de viagem, de exploração, de descoberta, de reconhecimento. Em seu entender, a palavra teria chegado à língua portuguesa através da transposição do vocábulo inglês *tour*, que teria sido usado pela primeira vez na Inglaterra, em 1760, conforme registro da edição de 1950 do *The Shortes Oxford English Dictionary*.

O estudo do turismo, segundo Fratucci (2000, p. 24-25), teve início na Alemanha motivado por interesses econômicos e empresariais e, desde o início do século XX, o fenômeno turístico tem sido estudado de maneira sistemática e científica. Pode-se considerar a Escola de Berlim um ponto de referência para os estudos que estruturam a teoria do turismo nos dias de hoje, apesar de seus conceitos limitados aos aspectos econômicos do fenômeno.

O turismo é entendido pela maior parte dos estudiosos como um fenômeno complexo e amplo, que exigiria, portanto, uma abordagem multidisciplinar. Nos últimos anos, foi produzida uma ampla gama de conceituações a respeito do fenômeno turístico.

Neste sentido, Fratucci (2000, p. 26-27), em quem serão baseadas as citações a seguir, oferece um vasto leque de exemplos, como Mathieson e Wall, que fornecem uma definição relativamente limitada do turismo ao considerarem-no a partir dos movimentos pendulares cotidianos - trabalho-residência. Nas palavras destes autores, o turismo seria basicamente “o movimento temporário de pessoas para destinos distintos de seus lugares normais de trabalho e residência [...]”. Oras, o turismo pode se iniciar com um movimento temporário distinto do movimento

cotidiano trabalho-residência, todavia, não é redutível a isso.

Acerenza, por sua vez, nas palavras de Fratucci, apresenta-nos uma visão mais complexa e ampla do que seria o turismo ao defini-lo como “um fenômeno social de caráter complexo [...], um conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas [...]”. Acerenza considera ainda que estas relações e fenômenos ocorrem fora do lugar de residência permanente dessas pessoas, tal como Mathieson e Wall, e que as pessoas que praticam o turismo possuem motivações, principalmente por atividades não lucrativas.

A OMT, por sua vez, define tecnicamente o turismo como o conjunto de atividades realizadas pelas pessoas “durante suas viagens e estadas em lugares distintos ao de sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano (...)”. No entanto, esta organização considera a possibilidade do motivo da viagem ser por ócio, negócios ou ainda outros motivos não especificados.

Fratucci ainda cita Paiva, que afirma que “**o turismo abrange componentes sociais, culturais, políticos, ecológicos, psicológicos, tecnológicos, econômicos, pressupondo um tratamento não parcial** [grifo nosso]”. Esta afirmação denota com clareza a multiplicidade disciplinar atribuída por todos os autores ao turismo. Deve-se ter sempre em mente todos estes componentes itemizados por Paiva, dada sua importância para o entendimento do tema.

Para Jafari (apud BENI, 1998, p. 38), o turismo seria o estudo de três fatos: a) do homem longe de seu local de residência; b) da indústria que satisfaz suas necessidades; e c) dos impactos que o homem e a indústria geram sobre os ambientes físicos, econômicos e sócio-culturais da área receptora.

Esta definição de Jafari é importante na medida em que inter-relaciona de forma direta ao estudo do turismo, os impactos gerados por esta atividade, ao contrário de outros autores que se detêm mera e exclusivamente ao desenvolvimento da atividade em si.

É importante destacar aqui a visão genérica e abrangente de turismo da

EMBRATUR³ (2002), para quem o

Turismo é a atividade humana que envolve o deslocamento temporário de indivíduos ou grupos, para outro local diferente de sua residência tradicional e fora do seu município ou cidade, por mais de 24 horas, de forma não remunerada, por prestação de serviços desta atividade.

2.1.3. Prática do turismo

A prática do turismo torna-se possível a partir da confiança que as pessoas têm nas instituições que garantem um profissionalismo ao lidarem com a atividade. Segundo Lash e Urry (1998, p. 342), a confiança surge ao se desenvolver um saber profissional, pois as pessoas precisam ter fé em instituições e processos sobre os quais seu conhecimento é limitado.

Para estes autores, “a modalidade baseia-se no desenvolvimento da confiança em profissionais ‘experts’ que tenham idealizado sistemas de viagens e transportes em massa que ao menos inicialmente reduzam os riscos implícitos” (idem).

Thomas e John Cook, citados anteriormente, foram os primeiros a construir uma perícia profissional em viagens e turismo, que praticamente eliminava os riscos das excursões.

Martins (2001, p. 14), ao tratar da prática da atividade turística, estabelece a ligação entre a idéia de lazer e de turismo. Dumazedier (1994, p. 51), por sua vez, define lazer, de modo geral, enquanto “[...] uma condição para se usar o tempo de viver”, porém delimita a definição ao assinalar que o lazer constitui “[...] a aspiração ao direito de viver por viver, em interdependência com as normas legítimas do dever ser que a produção das coisas e a sociedade dos homens impõem. [...] é o tempo no qual explodimos”.

Martins (2001, p. 14) acredita que um dos itens básicos para garantir a sustentabilidade da atividade turística é a conjunção destes dois termos – turismo e lazer – e, portanto, entende que ao praticarmos a atividade turística, também conseguimos liberar nossas emoções, “vivenciando situações interessantes e ricas

³ Empresa Brasileira de Turismo, órgão governamental criado em substituição ao Conselho Nacional de Turismo. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br>.

tanto socialmente quanto culturalmente”. Entende assim que se não houver uma rica experiência sensorial e emocional, ou seja, se não forem criadas “motivações”, perde-se a garantia de retorno do turista ao lugar visitado ou o interesse pela visita a outros lugares.

Já Dumazedier (1994, p. 50) aborda o dinamismo no uso do tempo livre, onde a atividade e criatividade pessoais, o comportamento ativo, a espontaneidade, a fantasia, os contatos humanos e espírito comunitário, a descontração e o bem-estar são elementos privilegiados.

A este dinamismo a que se refere Dumazedier, Martins (2001, p. 15) acrescenta o fato de que:

O homem está refazendo suas rotinas, suas práticas cotidianas, seus hábitos... assim procedendo ele cria novas motivações, impulsiona a cultura, gera novos tipos de trabalho e promove o desenvolvimento das cidades e das regiões especializadas em algumas das atividades que promovem o turismo e/ou o lazer.

Neste sentido, tem-se que as práticas turísticas transformam o espaço e provocam o que se pode chamar de turistificação dos lugares, neologismo utilizado por alguns autores para indicar a apropriação dos lugares pela atividade turística. (FRATUCCI, 2000, p. 33)

No entanto, ao invés de turistificação dos lugares, Martins (2001, p. 16) introduz a idéia de “(re)criação do espaço (no sentido territorial, social, cultural e econômico)”, ao considerar que o próprio sistema sócio-econômico enriqueceu-se, e que está em constante processo de enriquecimento, com novas opções, ao promover e induzir novas motivações. Assim, faz referência à emergência de novos lugares em função do desenvolvimento e implementação de novas práticas de turismo surgidas a todo o momento, tais como *rafting* (descida de corredeiras), *trekking* (caminhada) ou rapel (escalada).

Esta (re)criação do espaço de que trata Martins, permite pensar na atribuição de novos significados e formas de apropriação de espaços “naturais”, que de certa forma seriam essenciais para o ecoturismo, tratado adiante.

Deve-se ainda considerar que a implementação da própria atividade turística propicia um contato entre diferentes gêneros de vida, ainda que de forma intermitente, pois os turistas trazem idéias e valores sociais distintos daqueles que

a sociedade local possui, fazendo com que esta última, por conta das exigências do mundo globalizado, venha a adotar uma das três posturas apresentadas por Martins (2001, p. 16), quais sejam: ceder aos novos valores; radicalizar seus valores; ou ainda, recriá-los, adaptando-os às novas situações.

A turistificação ou (re)criação do espaço, portanto, englobaria, de acordo com Martins (2001, p. 16), a introdução no ambiente de novos usos e valores sociais e espaciais, pois povos diferentes em um espaço “do outro” alterariam a estrutura social deste. E, em última instância, pode-se dizer que tal tipo de contato teria um caráter civilizatório, que tende a extinguir as manifestações espontâneas e culturais locais.

Neste sentido, Martins (2001, p. 17) ressalta que “a dinâmica social é irrefreável”. A economia aparece, então, como um dos elementos responsáveis por esta dinâmica, não podendo, no entanto, ser o mais importante, pois acabaria por desgastar o principal produto, o espaço turístico, já que este necessita da manutenção de suas peculiaridades, seus atrativos, especialmente quando o processo possa vir a ser prejudicial ao patrimônio cultural e/ou ao ambiente natural ou construído. Portanto, a garantia de reprodução do capital não pode governar exclusivamente o processo de turistificação, com o risco de promover o próprio “fim” da atividade.

As técnicas contemporâneas, segundo Lash e Urry (1998, p. 348), são capazes de fabricar qualquer lugar, envolvendo as pessoas em uma rede de símbolos cada vez mais semelhantes que se fabricam e se tornam a fabricar de acordo com a vontade do mercado. A proliferação de símbolos e imagens, característica da globalização, que são essencialmente os mesmos, tendem a reduzir as diferenças entre lugares, homogeneizando-os. Produzir-se-ia, assim, “[...]um abandono do turismo organizado característico do período moderno em favor de uma pauta de mobilidade muito mais diferenciada e fragmentada, que definiríamos quase como ‘final do turismo’ em si” (LASH & URRY, 1998, p. 361).

Para Lash e Urry (1998, p. 362-363), o “fim do turismo” pode se concretizar a partir de três relações principais de troca, que preferiu-se chamar de relações de consumo, que vêm ocorrendo:

- o pagamento por direitos temporários de ocupar uma propriedade móvel, tal como o aluguel de uma cabine reservada num trem ou um

assento no ônibus;

- o pagamento pela posse temporária de alojamentos e comodidades fora do lugar de residência e trabalho das pessoas, tal como camas de hotel ou mesas de restaurantes;

- o pagamento por uma propriedade visual, ou seja, pelo direito de olhar e registrar vistas rurais e urbanas para recordar-se.

A primeira relação de consumo é considerada por estes autores como a mais comum nos dias de hoje, quando houve um aumento expressivo do número de viagens que as pessoas fazem, além de sua duração. Isso devido ao crescimento das áreas urbanas e conseqüentemente das distâncias a serem percorridas, ao aumento do número de automóveis e das viagens neles, e ao desenvolvimento de transportes mais velozes que reduzem o tempo de viagem.

Nesse sentido, Lash e Urry (1998, p. 362-363) afirmam que a viagem de férias tem perdido parte de sua importância, não servindo para distinguir a condição de turista das muitas outras classes de atividades sociais relacionadas ao ato de viajar. Assim, ida a congressos, visitas de negócios e viagens com fins acadêmicos se utilizam da segunda relação de consumo, sem, no entanto, serem atividades turísticas.

Em função da idéia de que o haja o “fim” da atividade turística, Martins (2001, p. 18) introduz ainda a expressão “curva de vida da atividade turística”, que representa a capacidade de reprodução da atividade turística em cada local em que se apresenta, através da criação, preservação ou recriação de atrativos capazes de motivar a visitação. Estes atrativos podem ser bens, valores, espaços, história, personagens, obras, enfim, elementos que denotarão o tipo de atividade turística que se desenvolverá em um determinado local. No entanto, caso não haja o respeito para com o ambiente, a comunidade ou a cultura locais, com alteração da identidade e do atrativo que oferece, este processo de turistificação pode, então, afetar a “curva de vida da atividade turística”, podendo inclusive determinar o término da atividade em um determinado local.

Lash e Urry (1998, p. 367-368) falam ainda em “pós-turismo”. Esse fenômeno seria caracterizado pela existência do pós-turista, sujeito que pode usufruir experiências “turísticas” em sua própria casa, através da TV, repetindo-as quantas vezes queira, sem promover a degradação ambiental. O pós-turista tem consciência de que é um turista e de que o turismo nada mais é do que uma série

de jogos com textos múltiplos e não uma experiência singular autêntica. Desta forma, para estes autores, concretizar-se-ia o “fim do turismo”.

No entanto, essa questão não será aqui aprofundada. Buscar-se-á abordar o tema ecoturismo, tomando como base o princípio de que deve haver o respeito para com o ambiente natural e/ou construído, a comunidade e a cultura locais, para que sejam reduzidos os riscos de término da atividade em determinados locais, afetando de maneira reduzida a “curva de vida da atividade turística”.

2.2. ECOTURISMO

Para o desenvolvimento do tema ecoturismo, contar-se-á principalmente com as contribuições de: Lindberg e Hawkins (1995); Niefer e Garzel Leodoro da Silva (1999); Martins (2001); Costa (2002); e da EMBRATUR (2002); além do documento resultante da Reunião da Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, realizada em Quebec, Canadá, em 2002, denominado “Declaração de Ecoturismo de Quebec” (vide Anexo II).

2.2.1. Breve resgate histórico do ecoturismo

Ao se pensar em antecedentes históricos do ecoturismo, pode-se citar: as caminhadas de longo curso, com a busca por novos conhecimentos e lugares; as expedições, como a procura pela fonte de eterna juventude ou pelo “fim da terra”; e ainda, as peregrinações por trilhas sagradas e áreas intocadas cultuadas por povos antigos, tal como destaca Costa (2002, p. 14).

Tem-se, assim, a busca por conhecimento cultural, desde a Antigüidade, seja por interesse pela natureza ou pela sociedade, ou ainda deslocamentos de pessoas ou grupos sociais para cumprir ritos e preceitos de cunho cultural e religioso. São exemplos disto: as viagens em busca de resposta ao oráculo de Delfos na Grécia antiga; as peregrinações cristãs à Terra Santa desde a Idade Média; as peregrinações muçulmanas a Meca; e até o cumprimento de ritos tribais que envolvem a peregrinação e sobrevivência em ambientes hostis, como é praticado ainda hoje, desde as planícies desérticas da Mongólia até o Kalahari

africano.

No entanto, a palavra ecoturismo não existia há alguns anos, muito menos seus princípios. Esta atividade passou a ser um fenômeno característico do final do século XX, e tudo indica que do século XXI também. Este fato se deve à enorme popularidade dos documentários televisivos sobre a natureza e sobre as viagens, ao interesse crescente em questões ligadas à conservação e ao ambiente e ao surgimento de novos meios de transporte e o incremento destes.

A crescente procura por experiências turísticas em ambientes naturais relativamente intactos fez com que o ecoturismo se tornasse o segmento do mercado internacional de turismo com os maiores índices de crescimento nos últimos cinco anos.

Castilho e Herrscher (1997; apud NIEFER & GARZEL LEODORO DA SILVA, 1999) afirmam que o ecoturismo gera bilhões de dólares por ano e que ele está crescendo a taxas de 10 a 15% ao ano. Em 1990, teriam sido gastos US\$ 220 bilhões em atividades ecoturísticas e o número de chegadas em países desenvolvidos teria crescido cerca de 3,5% ao ano, enquanto o hemisfério sul apresentava um crescimento de 6% ao ano, devido às suas riquezas naturais e suas culturas indígenas.

Uma prova do reconhecimento da importância econômica e social que o ecoturismo tem alcançado em todo o mundo é o fato da Organização Mundial de Turismo (OMT), organismo setorial das Nações Unidas, haver estabelecido o ano de 2002 como o *Ano Internacional do Ecoturismo*.

2.2.2. Aspectos conceituais do ecoturismo

Com o incremento da atividade turística e de interesses distintos em sua prática, ela passou a apresentar diversos segmentos, em diferentes áreas de atuação, sendo o ecoturismo um deles.

Todavia, dentre as nomenclaturas com as quais se depara, referentes a estes segmentos, pode-se destacar aquelas cujos conceitos se aproximam dos apresentados ao termo ecoturismo, por poderem ter ligação intrínseca com o ambiente natural, gerando bastante confusão na literatura referente ao assunto.

São estas: turismo rural, agroturismo, turismo verde, turismo ecológico, turismo ambiental, turismo esportivo, turismo de aventura, turismo científico e turismo cultural.

Não há um consenso acerca da definição da atividade turística, o mesmo ocorrendo com essa grande variedade de termos e expressões referentes aos seus segmentos. A literatura existente apresenta conceitos ligados a estes que podem ainda variar de acordo com cada país ou localidade.

No intuito de se alcançar uma definição mais precisa e diferenciada do termo ecoturismo, serão apresentadas, a seguir, diversas definições dos segmentos turísticos relacionados ao ecoturismo.

Costa (2002, p. 22-23) trabalha com uma distinção entre ambiente natural e rural. Segundo esta autora, o agroturismo e o turismo rural possuem conceitos baseados na realidade europeia de espaço, pois a Europa utiliza suas áreas não urbanizadas como propriedades rurais, provedoras de alimento à população. Portanto, suas áreas naturais são praticamente inexistentes, restando apenas as que “não puderam ser exploradas (belezas naturais tombadas, áreas de difícil acesso, locais com clima de difícil adaptação...)”. Assim, Costa afirma que os estudiosos do turismo de países europeus, especialmente os de pequenos países, consideram ecoturismo e agroturismo ligados ao ambiente rural, já que não possuem o ambiente natural desvinculado da atividade rural.

A autora ainda acredita que no caso do Brasil, um país de inúmeras belezas naturais e um território de dimensões continentais, seria mais fácil estabelecer distinções entre os diferentes segmentos da atividade turística por possuir ambiente natural e também rural, ambos vastos e diversos.

No entanto, a confusão em se conceituar e definir cada atividade permanece, pois alguns autores associam o espaço rural ao espaço agrícola, enquanto outros tomam como base os mesmos critérios definidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou seja, critérios populacionais.

Costa (2002, p. 24) entende lugares rurais, atualmente, como “lugares afastados dos núcleos urbanos e centros industriais, caracterizados por baixa densidade demográfica e que mantêm vivas as tradições culturais”.

Esta definição de Costa, na atualidade, mostra-se extremamente vaga, e poder-se-ia dizer que se aproxima de uma proposta às avessas da ecologia humana da Escola de Chicago, uma vez que não esclarece o que seria o rural e o articula ao cultural, uma vez que se prende mais à aparência da paisagem do que à sua qualificação. Há vários estudos hoje sobre a urbanização do território, já assinalada pioneiramente por Lefèbvre (1991), e mais tarde por Santos (1996), além de ser enfocada por diversos geógrafos e estudiosos (LIMONAD, 1996 & MONTE MÓR, 1996, entre outros), que destacam a tendência de urbanização do campo e o crescimento disperso das cidades interioranas de porte médio – o que faz com que, nas palavras de Limonad (1999), o urbano extrapole os limites do perímetro das cidades.

2.2.3. Os diferentes segmentos do ecoturismo

Costa (2002, p. 24-27) fornece uma rica sistematização dos diferentes segmentos turísticos, com base nas definições da EMATER (1998) e de Fuentes (1995), conforme o que se segue.

O agroturismo, de acordo com a EMATER (1998; apud COSTA, 2002, p. 24-25), seria o segmento do turismo baseado na oferta de serviços ligados à empresa ou ao cultivo agrícola, tais como alimentação, hospedagem e venda de produtos manufaturados.

O turismo rural, por sua vez, segundo a definição da EMATER (1998; apud COSTA, 2002, p. 25), seria um segmento do turismo baseado na oferta de serviços que atuam no meio rural, mas teria por base uma economia não agrícola, como em fazendas de gado, haras, entre outros.

Turismo no espaço rural, para Fuentes (1995; apud COSTA, 2002, p. 26), possui como motivação principal o contato com o autóctone, garantindo ao turista uma inter-relação com a sociedade local.

Já para o turismo verde, temos a definição de Domingues (1990; apud COSTA, 2002, p. 27) que garante que este é o nome dado, na França, ao turismo praticado em zonas rurais.

Como se pode perceber, estas definições estabelecem uma fronteira muito

tênue entre agroturismo, turismo rural e turismo verde, na medida em que estariam relacionados às atividades-fim, que podem estar mescladas e comprometer assim uma definição mais precisa deste tipo de turismo, pois nada impede que em um hotel-fazenda sejam desenvolvidas atividades agrícolas que resultem na venda de produtos manufaturados ou não, como mel, doces caseiros e manteigas artesanais, por exemplo.

A EMBRATUR (2002), por sua vez, considera mais dois segmentos do turismo além do ecoturismo, que envolvem atividades ligadas ao ambiente natural: o já citado turismo rural e o turismo de aventura.

O turismo rural, segundo este órgão, ocorre no Brasil devido à existência de muitas propriedades rurais de enorme riqueza cultural e de paisagens naturais, sendo uma nova fonte de geração de renda e criação de novos postos de trabalho nestas propriedades. O objetivo desta atividade seria promover a interação entre o homem da cidade e o homem do campo, através de atrativos históricos e culturais, de fazendas onde viveram escravos e do período do cultivo de café no Brasil.

Além disso, a EMBRATUR acredita que esta atividade seria capaz de promover a melhoria da qualidade de vida na zona rural, conservar os recursos naturais e reabilitar o patrimônio sócio-cultural. Para tanto, o turismo rural não seria um turismo com padrão convencional de hotelaria, ao contrário, deveria prevalecer um clima de familiaridade e informalidade, garantindo a já então referida interação entre o homem da cidade com o do campo. A EMBRATUR aparentemente se esquece que aí está implícita uma relação de consumo de serviços e “amenidades” que muitas vezes corresponde a uma representação idealizada da vida no campo.

Quanto ao turismo de aventura, a EMBRATUR (2002) o define como

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural.

Este órgão ainda faz referência às principais modalidades, bem como aos principais destinos turísticos deste segmento, os quais achamos conveniente apresentar em anexo, a título de curiosidade (vide Anexo I).

A EMATER estabeleceu de fato uma distinção entre os termos agroturismo e turismo rural. Sendo no primeiro imperativo, como o próprio nome sugere, que a atividade principal da propriedade seja o cultivo agrícola. No entanto, será considerada a definição apresentada pela EMBRATUR, que tem turismo rural como uma atividade a ser realizada em propriedades rurais, independente da atividade principal ser agrícola.

Entretanto, as definições apresentadas aos termos turismo no espaço rural e turismo verde são ambas restritas, e, portanto, pode-se considerá-las inseridas na definição de turismo rural, tanto de acordo com a definição apresentada pela EMATER, quanto com a da EMBRATUR.

É interessante notar que as definições oficiais de turismo rural conjugam-no ao contato e vivência com atividades praticadas em propriedades rurais. Ou seja, ao contrário de Costa (2002), estas definições trabalham com o tipo de atividade e prática implementada e não necessariamente com a sua localização espacial. Neste contexto, pode-se ter parques temáticos voltados para o turismo rural em áreas próximas a zonas urbanas ou *resorts* e hotéis-fazendas com todas as benesses do progresso, voltados para o desenvolvimento de “atividades turísticas desenvolvidas no meio rural com produção agropecuária, capaz de resgatar e promover o ambiente cultural e natural da comunidade, e agregar valor a produtos e serviços”, conforme propõe a EMBRATUR (2002).

Além disso, conta-se com os termos turismo esportivo, turismo ecológico, turismo ambiental, turismo científico e turismo cultural.

Quanto ao turismo esportivo, nota-se que a definição dada pela EMBRATUR para turismo de aventura a tem enquanto atividade de aventura e esporte recreacional. Pode-se então estabelecer aqui uma distinção entre esportivo e de aventura ao se considerar que o turismo de aventura também pode estar relacionado à prática de esportes, no entanto, como uma prática estritamente recreacional, enquanto o turismo esportivo seria aquele com fins competitivos.

Já os termos turismo ecológico e turismo ambiental costumam aparecer como sinônimos de ecoturismo.

Quanto ao termo turismo científico, este pode aparecer associado a

ambientes naturais, especialmente aqueles que são intactos e merecem estudo. Este é mais um termo que, por sua ligação com o meio ambiente natural, confunde-se com o ecoturismo.

É importante perceber que a palavra cultural aparece nas definições de turismo rural e de turismo de aventura, apresentadas pela EMBRATUR, estando presente também em praticamente todas as conceituações dadas ao ecoturismo, como será visto adiante. Este é mais um complicador no estabelecimento da definição de outro termo: o turismo cultural.

O turismo cultural, segundo Martins (2001, p. 24), está voltado para o turista que associa a atividade turística à sua necessidade mental de conhecimento, além de descanso. Portanto, o caráter pedagógico, educacional do turismo cultural não pode ser negligenciado, havendo a conscientização do cidadão e da coletividade, não só do morador como também do turista, mantendo respeito entre si e também com o ambiente natural e construído.

Sendo assim, adiante será visto o ecoturismo propriamente dito e sua relação com os termos até agora apresentados.

2.3.4. O ecoturismo

Nessa recuperação bibliográfica, foram encontrados inúmeros conceitos a respeito de ecoturismo. Alguns deles serão apresentados a seguir, considerando-se, no entanto, que todos possuem a mesma essência, pois atentam para o fato desta atividade estar relacionada ao meio ambiente natural.

A palavra ecoturismo, devido ao seu prefixo “eco”, que se originou do grego *oîkos* cujo significado é casa, habitat, o que sugere a relação da natureza enquanto moradia primeira do homem, denota uma interação com atividades a serem desempenhadas ao ar livre, o que faz com que seja reputada por muitos como uma atividade exclusivamente de deslocamentos para áreas naturais. Um dos primeiros a definir a atividade ecoturística foi Ceballos-Lascuráin, na década de 1980, cujo conceito para turismo ecológico seria “a realização de viagens para áreas naturais não perturbadas ou contaminadas, com o objetivo de admirar, gozar e estudar a paisagem, sua flora e fauna, assim como as culturas passadas e presentes em tais áreas” (COSTA, 2002, p. 27).

Depreende-se de tal concepção que a prática teria um caráter mais contemplativo e/ou de pesquisa, sem ter uma preocupação com a preservação ambiental, ou como o definiria Costa (2002, p. 15) mais tarde, o ecoturismo seria “[...], antes de mais nada, uma atividade que compreende em si um *posicionamento* ambiental de conservação do patrimônio natural e cultural, tanto em áreas naturais como não naturais”.

Entre a definição de Ceballos-Lascuráin e a de Costa pode-se perceber um avanço em termos da relação turistas e espaço do turismo – à medida em que Costa está preocupada tanto com áreas naturais quanto com áreas não-naturais.

No final da década de 1980, surge a nomenclatura turismo ecológico no Brasil, que antes recebeu o nome de Turismo de Natureza, Turismo Verde e Turismo Natural. Sua prática não era comum e não possuía orientação adequada. Foi em 1987 que surgiu a primeira iniciativa governamental de ordenação deste mercado, por intermédio da EMBRATUR e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A terminologia turismo ecológico não é mais utilizada pelos órgãos oficiais, sejam eles nacionais ou internacionais. O IBAMA e a EMBRATUR utilizam o termo ecoturismo, assim como a OMT e a TIES (*The International Ecotourism Society*, com sede nos Estados Unidos).

O ecoturismo é considerado por alguns autores como uma “indústria não poluidora” e apontado como uma atividade capaz de garantir a conservação do ambiente e proporcionar o desenvolvimento sócio-econômico. Muitas conferências e simpósios têm sido organizados, desde 1990, com esse tema. Atualmente, a maior parte dos governos e investidores privados tem interesse no assunto.

Em 1990, quando se convencionou chamar a atividade de ecoturismo, terminologia absorvida com o tempo pelo setor de atividade de turismo, a EMBRATUR (2002) passou a definir o ecoturismo como:

Turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.

Embora a EMBRATUR não explicita o que seriam as “localidades com

potencial ecológico”, deixa clara uma preocupação com a conservação ambiental, apesar de propor uma atividade que vai além da mera contemplação proposta por Ceballos-Lascuráin. De certa forma, emerge desta proposição um problema potencial relacionado à “exploração turística” e ao “contato íntimo” com os recursos naturais. Pois mesmo tendo como meta a formação de uma “consciência ecológica”, as atividades desenvolvidas, conforme noticiado pela imprensa, na maior parte das vezes, acabam por ter um caráter mais predatório do que educacional, como é o caso das visitas às dunas do Rio Grande do Norte.

A Organização dos Estados Americanos (OEA, 1990) apresenta uma definição vaga ao afirmar que os principais atributos do ecoturismo estariam relacionados com o turismo educativo, com a capacidade do governo para o manejo das áreas naturais, profissionalismo, legislação e políticas claras e concretas, capacidade de trabalho, investigação e população local, devendo-se também considerar o turismo científico, que realiza descobertas ambientais e culturais.

O ecoturismo foi considerado, no início, como o reencontro do homem com a natureza em seu estado primitivo. Foi em 1992 que o Congresso Mundial de Ecoturismo (Belize) apresentou uma outra abordagem sobre este segmento do turismo e passou a vê-lo não mais enquanto uma atividade passiva, mas enquanto uma atividade ativa, na medida em que o ecoturismo passou a ser entendido como:

[...] dedicado à apreciação da natureza em forma ativa, com o objetivo de conhecer e interpretar os valores naturais e culturais existentes, em estreita interação e integração com as comunidades locais e com o mínimo de impacto sobre os recursos, e ser base de apoio aos esforços dedicados à preservação e ao manejo das áreas naturais onde se desenvolvem as atividades ou naquelas cuja prioridade seja manutenção da biodiversidade.

É interessante notar o peso que conquista a relação dos turistas com as “comunidades locais”, sem que haja uma preocupação com a preservação dos “valores naturais e culturais existentes”, em paralelo com a preocupação ambiental estrita que estaria mais relacionada a um viés de preservação da natureza com a exclusão do homem (vide a respeito ACSELRAD).

Nesta mesma perspectiva, Chavez (apud COSTA, 2002, p. 28) integra à definição de ecoturismo a preocupação com a preservação dos valores naturais e culturais existentes ao considerar o ecoturismo como o “aproveitamento econômico

não destrutivo e conservacionista da natureza, realizado em certas áreas protegidas onde existam atrativos naturais e culturais a serem preservados”.

Western (apud LINDBERG & HAWKINS, 1995, p. 18) segue esta linha ao definir ecoturismo como a atividade destinada a “provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”.

A conceituação de ecoturismo começou, portanto, considerando-o apenas como uma atividade passiva de “contemplação” e utilização de áreas naturais protegidas, e passou, ao longo do tempo, a ser considerado uma atividade com uma interação ativa, além de abarcar também os aspectos culturais dos locais, considerando ainda a preocupação social e garantindo a relação comercial, existente através do lucro. A estas preocupações, como será visto no próximo capítulo, foi incorporada aquela relativa à sustentabilidade.

De acordo com a “Declaração de Ecoturismo de Quebec” de 2002 (Anexo II), as organizações autorizadas pelas Nações Unidas e encarregadas pelas atividades internacionais no ano de 2002, cientes da variedade de interpretações dadas ao termo ecoturismo através do mundo, concordam que o

Ecoturismo inclui todas as formas de turismo com base na natureza em que a motivação principal dos turistas seja a observação ou apreciação da natureza, bem como das culturas tradicionais que prevalecem em áreas naturais. Ele inclui uma experiência de interpretação/aprendizado.

Percebe-se na “Declaração de Ecoturismo de Quebec” uma diferença básica em relação à formulação da EMBRATUR, também de 2002, citada anteriormente. Enquanto a “Declaração de Ecoturismo de Quebec” explicita que o ecoturismo abrangeria “todas as formas de turismo com base na natureza, bem como das culturas tradicionais”; a EMBRATUR refere-se a “localidades com potencial ecológico”. Parece que a definição da EMBRATUR teria um caráter mais restrito, à medida que, de acordo com a “Declaração de Ecoturismo de Quebec”, uma mera travessia Rio-Niterói, de barca ou “catamarã”, poderia, em última análise, ser considerada como uma atividade ecoturística. De fato, deve-se atentar para a imprecisão da abrangência das definições de ecoturismo.

Esta imprecisão permite, neste sentido, um relatório mais amplo, na medida

em que todas as atividades turísticas entrelaçadas com a natureza teriam o caráter de ecoturismo. O que também pode ter um viés mercadológico, no sentido de ampliar o mercado potencial do ecoturismo, com atividades que antes pertenceriam ao circuito do que se poderia chamar de turismo convencional – neste sentido, tradicionais excursões lacustres ou marítimas seriam passíveis, por exemplo, de serem transformadas em atividades de ecoturismo – com um caráter mais “moderno”.

Ainda segundo essa declaração, tem-se que o ecoturismo não seria uma atividade para poucos na medida em que

Ele é geralmente, porém não exclusivamente, organizado para viajantes independentes e grupos pequenos, por empresas especializadas e pequenas, de propriedade local. Operadores estrangeiros de tamanhos variados também organizam, operam e/ou comercializam passeios ecoturísticos, geralmente para pequenos grupos.

Porém, há que se destacar que, apesar de haver uma multiplicidade de pequenas empresas que comercializam os passeios turísticos e as atividades ecológicas, via de regra, os que executam as atividades são em número reduzido e são servidos por esta multiplicidade de operadoras – como é o caso das excursões lacustres na Patagônia Argentina ou na Terra do Fogo, onde há apenas um barco, mas as excursões e atividades são comercializadas por diversas empresas. O mesmo ocorre aqui no Brasil e em outras partes do mundo.

De fato, parece que a “Declaração de Ecoturismo de Quebec” (vide Anexo II), ao mesmo tempo em que procura destacar o caráter benfazejo do ecoturismo, deixa claro também suas preocupações com o desenvolvimento econômico e sustentável da atividade na medida em que: 1) estabelece uma definição mais abrangente para a atividade que ampliaria potencialmente seu mercado consumidor; 2) mostra que não é uma atividade restrita a uns poucos eleitos – há que se destacar que as cavalgadas ecológicas destinam-se inclusive para aqueles que nunca andaram a cavalo; 3) destaca as oportunidades de geração de emprego e renda para as comunidades locais.

Portanto, as definições apresentadas convergem para alguns pontos comuns, a saber: respeito às comunidades locais; envolvimento econômico efetivo das comunidades locais; respeito às condições naturais e conservação ambiental; e interação educacional - garantia de que o turista incorpore para a sua vida o que

aprende em sua visita, gerando consciência para a preservação da natureza e dos patrimônios histórico, cultural e étnico.

A proposição apresentada pela “Declaração de Ecoturismo de Quebec” parece demasiado ampla, pois pode englobar atividades que estariam além do ecoturismo, sendo inclusive mais completa que a das “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (MICT/MMA, 1995), que considera o ecoturismo enquanto um segmento da atividade turística que utiliza o patrimônio natural e cultural de forma sustentável, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista e o bem-estar das populações envolvidas.

Em primeiro lugar, a contemplação da natureza e das culturas tradicionais faz parte de todo e qualquer tipo de atividade turística. A respeito dos elementos educacionais e de interpretação, estes também estão presentes em parques temáticos, por exemplo. Quanto à dimensão do grupo que praticaria a atividade, este não é um fator determinante do tipo de atividade que se pratica.

Sendo assim, pode-se dizer que as atividades de ecoturismo seriam aquelas que ao procurar reduzir ao mínimo os impactos negativos sobre o entorno natural e o sócio-cultural: contribuiriam para a proteção de áreas naturais; gerariam benefícios econômicos para as comunidades, as organizações e as autoridades locais, controlando áreas naturais com finalidades de conservação; forneceriam oportunidades alternativas de emprego e renda para comunidades locais; bem como conscientizariam a conservação de recursos naturais e culturais entre habitantes locais e turistas.

Esta definição pode ainda parecer ampla, pois atividades como turismo rural, turismo de aventura, turismo esportivo e turismo cultural podem possuir estas mesmas características, onde a contemplação da natureza e/ou apreciação das culturas tradicionais também fazem parte de seus objetivos.

Para resolver esta falta de clareza entre os diversos termos abordados até então, propõe-se a segmentação do próprio ecoturismo. Ou seja, atividades como turismo rural, turismo de aventura, turismo esportivo, turismo científico e turismo cultural também podem ser uma atividade ecoturística, desde que:

- procurem reduzir ao mínimo os impactos negativos sobre o entorno

natural e o sócio-cultural, contribuindo para a proteção de áreas naturais;

- gerem benefícios econômicos para as comunidades, as organizações e as autoridades locais, controlando áreas naturais com finalidades de conservação;
- forneçam oportunidades alternativas de emprego e renda para comunidades locais;
- e conscientizem a conservação de recursos naturais e culturais entre habitantes locais e turistas.

Nesse contexto, pode-se apresentar dois níveis de segmentação do turismo, tal como mostra o fluxograma a seguir:

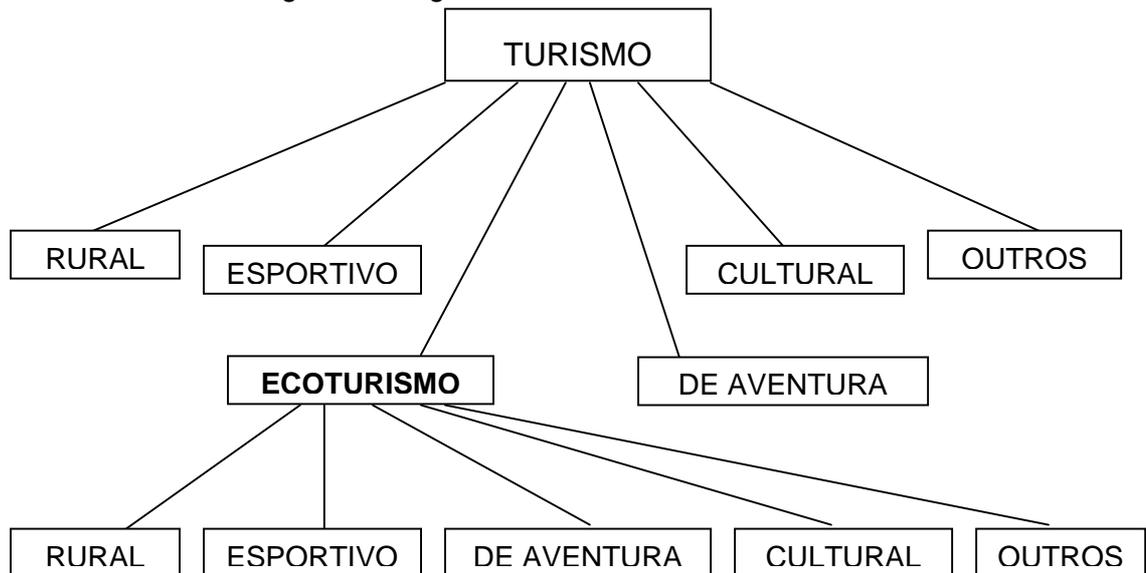


Figura 1 – Fluxograma com dois níveis de segmentação do turismo.

O primeiro nível mostra o turismo segmentado em turismo rural, turismo esportivo, ecoturismo, turismo de aventura, turismo científico, turismo cultural e outros. O segundo nível mostra a segmentação do ecoturismo em rural, esportivo, de aventura, científico, cultural, podendo ainda se considerar que outros segmentos podem vir a ser criados.

Comprovando esta necessidade de uma segmentação do próprio ecoturismo, tem-se a definição apresentada por Almeida e Caccia-Bava (1997) que aponta o ecoturismo como uma tendência mundial em crescimento e que responde

a várias demandas: “desde a prática do esporte radical ao estudo científico dos ecossistemas”.

É importante perceber que todos estes segmentos envolvem um contato intenso com o ambiente natural. Apesar das inúmeras distinções estabelecidas entre eles, o que se observa é que, para fins de *marketing*, estas atividades costumam ser agrupadas por agentes de viagens e geralmente com o nome de ecoturismo, mesmo quando envolvem a depredação e impactam negativamente o ambiente.

Torna-se claro que o ecoturismo padece ainda da falta de uma definição precisa, e diversos organismos, organizações e órgãos de governo em busca de uma definição mais precisa começaram a articular a prática do ecoturismo à perspectiva do desenvolvimento sustentável e integração dos atores envolvidos, através de um processo de conscientização e educação ambiental.

Tal preocupação é patente em documentos de órgãos oficiais, como na “Declaração de Ecoturismo de Quebec” (vide Anexo II) ou na proposta da EMBRATUR (2002) de que o caminho ideal para o ecoturismo é o chamado desenvolvimento sustentável, com a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais.

Torna-se necessário, assim, que sejam consideradas a questão ambiental e a sustentabilidade, que serão objetos de destaque no próximo capítulo.

3. ECOTURISMO, A QUESTÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE

O crescimento da prática do ecoturismo evidencia-se à medida que as visitas realizadas por turistas a áreas naturais têm aumentado nos últimos anos, de acordo com dados divulgados pelo WTTC e pela OMT, conforme salientado no capítulo anterior.

Um dos motivos de se considerar o ecoturismo uma atividade de enorme potencial econômico e conservacional é o fato do turismo enquanto atividade econômica ser comprovadamente capaz de cooperar com o aumento no número de empregos, tendo em vista que o setor que mais emprega atualmente no país é o terciário.

Nos últimos dez anos, conforme dissertado anteriormente, as definições de ecoturismo passaram a considerar a questão da sustentabilidade do desenvolvimento, questão extremamente controversa, como será visto adiante.

Um exemplo disso é o fato de que, em agosto de 1994, no Brasil, o grupo de trabalho Interministerial em Ecoturismo, que reuniu o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, além da EMBRATUR, IBAMA, empresários e consultores, passou a conceituar o ecoturismo como uma atividade turística que traz em si mesma um potencial de sustentabilidade e conservação do meio ambiente natural, conforme se pode depreender da passagem a seguir:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que **utiliza, de forma sustentável** [grifo nosso], o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das

populações envolvidas. (Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, MICT/MMA, março de 1995).

O Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), representante oficial do segmento empresarial brasileiro ligado diretamente ao ecoturismo, chamado *trade* ecoturístico, com base nesta definição elaborada pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), elaborou sua própria:

O ecoturismo é a prática do turismo recreativo, esportivo e educativo, que se **utiliza de forma sustentável** [grifo nosso] dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas.

No entanto, as instituições públicas e privadas brasileiras não se encontram sozinhas, uma vez que a “Declaração de Ecoturismo de Quebec”, por exemplo, enfatiza o caráter de prevenção de impactos ambientais da atividade ao destacar que o ecoturismo “minimiza impactos negativos sobre o meio ambiente natural e sócio-cultural”, além de auxiliar

na proteção de áreas naturais por gerar benefícios econômicos para as comunidades anfitriãs, organizações e autoridades locais, controlando áreas naturais com propósitos de conservação, promovendo oportunidades alternativas de emprego e renda para comunidades locais, aumentando a consciência acerca dos recursos naturais e culturais entre habitantes locais e turistas.

Conforme destacado anteriormente, nos últimos anos, houve uma significativa expansão e difusão do ecoturismo, com a inserção de mais e mais lugares no circuito de viagens que têm a atividade como atrativo, especialmente através da *internet*.

No entanto, ainda a respeito dos impactos causados pela prática da atividade ecoturística, observa-se que muitas operadoras e empresas de turismo, juntamente com órgãos governamentais, têm se apropriado de maneira inadequada da atividade, sem uma preocupação com o leque de impactos negativos que podem ser gerados, tais como: saturação e conseqüente deficiência na infra-estrutura básica, de transportes, de espaços destinados ao lazer, bem como influência na perda de identidade local através da inserção de novas culturas.

Neste contexto, a idéia de sustentabilidade é evocada como uma forma de minimizar os efeitos perversos da atividade. Esta noção surge sempre ligada à questão ambiental e tem sido tratada de diversas formas ao longo do tempo, de

acordo com a ideologia de desenvolvimento de cada governo e dos agentes responsáveis por sua idealização.

Portanto, para poder avançar na compreensão do ecoturismo e de suas práticas, será considerado o incremento da preocupação com o meio ambiente natural e com as questões ligadas à sustentabilidade.

Nesse sentido, proceder-se-á, nesse capítulo, a uma breve abordagem da questão ambiental, para em seguida ser discutida a problemática da sustentabilidade e avaliado o papel do ecoturismo enquanto atividade passível de contribuir com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

3.1. A QUESTÃO AMBIENTAL

Deve-se assinalar que diversos autores, tais como Gonçalves (1989), Becker (1997), Viola (1997), Leroy (1997), já trataram da questão ambiental, bem como dos antecedentes de sua institucionalização. Tratar-se-á aqui de proceder apenas a um breve resgate que contextualize a reflexão sobre as relações entre o ecoturismo e a questão ambiental.

A transformação do meio natural se deve ao desenvolvimento da técnica, tal como Brüseke (1998, p. 19) apresenta quando afirma que a técnica “tem a mesma idade do homem”, ao indicar que ela está presente em todo e qualquer desenvolvimento que o homem já ousou experimentar, desde o surgimento da espécie humana. Ou seja, o homem é capaz de transformar o meio em que vive, através do desenvolvimento das técnicas que apreende ao longo de sua existência.

Esta transformação promovida pelo desenvolvimento da técnica seria responsável pela conquista de uma melhor qualidade de vida do ser humano. No entanto, essa conquista da qualidade é relativa. Primeiro, porque se há de fato uma melhora da qualidade de vida, através de inventos técnico-científicos, apenas a minoria detentora do capital pode desfrutar destes benefícios. Em segundo lugar, porque o próprio desenvolvimento da técnica tem nos levado a experimentar as suas conseqüências ambientais, tais como as diversas formas de poluição com as quais se convive.

Frente ao atual quadro de degradação ambiental com o qual nos deparamos e que, de acordo com alguns ambientalistas, compromete a continuidade de nossa existência no planeta, pode-se dizer que esta seria a era das grandes preocupações ecológicas. Conforme Lefèvre (1991, p. 30), “todos querem proteger e salvar a natureza”.

Várias análises admitem o fato de que o desenvolvimento e expansão das atividades econômicas seriam os principais responsáveis pela degradação ambiental ao poluírem o ambiente, promoverem os desmatamentos, a exploração irracional dos recursos naturais e outras agressões, que atingiram níveis considerados inadmissíveis, principalmente no século XX.

Concorda-se com Becker (1997) quando a autora afirma que a questão ambiental conquistou um caráter geopolítico, em que a degradação ambiental pode ser entendida como a resultante do confronto de diferentes grupos políticos e econômicos com interesses distintos em disputa pelos recursos naturais.

Pode-se dizer que as preocupações ambientais emergem, de um lado, de um reconhecimento, em uma perspectiva neo-malthusiana, de órgãos oficiais e organizações não-governamentais de que o crescimento populacional e em especial o modelo sócio-econômico e político instaurado em todo o mundo contribuem para o uso irracional dos recursos naturais. E, por outro lado, tem-se uma vertente preservacionista, que atribui à humanidade e às suas atividades a responsabilidade pela degradação (ver a respeito ACSELRAD, 1999). Tais correntes serviam-se e servem-se destes argumentos e da sustentabilidade para justificar a expulsão e exclusão de grupos sociais de nichos ecológicos e unidades de conservação (UCs)⁴ em risco.

No início da década de 1970, os problemas ambientais eram pensados pela elite capitalista como motivos para o estabelecimento de limites de crescimento, de acordo com uma perspectiva neo-malthusiana. Pois, a partir do pós-guerra, os trinta anos de produção crescente apresentaram situações em que os insumos primários

⁴ De acordo com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 9.985 de 18 de junho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a unidade de conservação é: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

podiam ser reduzidos, considerando-se inclusive que muitos destes não são renováveis.

As expectativas de restrição ao ritmo de acumulação promoveram o debate ambiental nos núcleos do capitalismo mundial. Assim, os debates internacionais acerca da questão ambiental intensificaram-se a partir da década de 1970.

Neste sentido, podemos destacar a criação do Clube de Roma, em 1968, na Academia dei Lincei (Academia de Leonardo da Vinci), em Roma. Este organismo era integrado por cientistas de vários países, em sua maioria economistas, cujo objetivo era estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da explosão demográfica sobre o equilíbrio dos ecossistemas e dos recursos naturais não renováveis no mundo. A esse Clube foram submetidos três relatórios.

Em 1971, o primeiro, denominado “Os Limites do Crescimento” (*The Limits of Growth*), realizou uma avaliação de crescimento do capitalismo, e concluiu que este deveria esgotar-se no prazo máximo de cem anos, caso não se passasse a preservar os recursos naturais. Elaborado com base em um complexo modelo matemático mundial, sua recomendação era, portanto, a imediata adoção de uma política mundial de contenção do crescimento, também conhecida como “crescimento zero”, para que se chegasse a um equilíbrio. Essa política foi entendida pelos países subdesenvolvidos como uma maneira de manterem sua situação de subdesenvolvimento e, portanto, não foi aprovada por estes.

Em 1973, o segundo, denominado “Momento de Decisão” (*Mankind at the Turning Point*), propunha a elaboração de uma estratégia cooperativa para todos os países, orientada por um plano global, denominado “crescimento orgânico”.

Em 1976, o terceiro, denominado “Para uma Nova Ordem Internacional” (*Reshaping the International Order*), previa que, antes de serem atingidos os limites físicos do nosso planeta, ocorreriam grandes convulsões sociais, econômicas e políticas. Estas convulsões seriam provocadas pelo enorme desequilíbrio entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, pois a relação média de renda dos países desenvolvidos em relação aos subdesenvolvidos era de 13/1, considerada inaceitável.

Ainda em 1971, houve a Reunião de Founex, Suíça (preparatória para a

Conferência de Estocolmo), onde surgiu o conceito de “ecodesenvolvimento”. Este novo conceito previa um desenvolvimento baseado na potencialidade de cada ecossistema, considerando ainda a participação das populações, a redução dos desperdícios de qualquer ordem e a reciclagem dos resíduos.

Neste mesmo ano, ocorreu então a Conferência de Estocolmo, onde foi elaborada a “Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente” e onde surgiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cuja sede está instalada em Nairobi, Quênia.

O objetivo do PNUMA era “catalisar e coordenar as atividades de proteção ambiental dentro do sistema das Nações Unidas e entre os vários organismos de âmbito regional e internacional, além de entidades governamentais” (LEMOS, 2003, p. 8). Também foi criado um Fundo Voluntário para o Meio Ambiente gerido pelo PNUMA.

No início dos anos 80, foi lançada a “Estratégia Mundial para a Conservação” (*World Conservation Strategy*), que lançou o conceito de “desenvolvimento sustentado”, seguindo as linhas do “ecodesenvolvimento”, porém com maior ênfase na preservação da biodiversidade. Enfatizou mais a conservação do que o gerenciamento dos recursos naturais para um desenvolvimento sustentável, tendo em vista a satisfação das necessidades básicas das sociedades.

Em 1982, houve a Sessão Especial do Conselho de Administração do PNUMA, em Nairobi, Quênia. O PNUMA resolveu comemorar os dez anos da Conferência de Estocolmo. Por esta ocasião, notou-se que os problemas ambientais no mundo indicavam que a geração de resíduos e poluição pelas atividades humanas já estava excedendo a capacidade de assimilação da biosfera. Somou-se então à preocupação com o esgotamento das fontes de recursos naturais, a preocupação com os limites de absorção dos resíduos das atividades humanas.

O PNUMA propôs então a criação de uma Comissão Mundial Independente sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o intuito de estudar as questões ambientais e de desenvolvimento até o ano de 2000 e depois apresentar soluções aos problemas verificados.

Foi então a partir da década de 1980, com o relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁵, que surgiu uma proposta que relacionava meio ambiente e desenvolvimento econômico, inspirada na idéia de sustentabilidade, emprestada das ciências biológicas. Essa visão econômica dos sistemas biológicos trata-os como estoques de excedentes de biomassa. Os agentes promotores do desenvolvimento, assim, poderiam se apropriar desses fluxos excedentes da natureza, sem comprometê-la.

Além disso, o Relatório “Brundtland”, como ficou conhecido, sugeria que o crescimento econômico caminhasse junto a um progresso tecnológico, que fosse capaz de poupar os recursos materiais. Essa Comissão analisou vários aspectos como o crescimento populacional, a crise urbana nos países em desenvolvimento, a pobreza, a desigualdade dos níveis de consumo entre os países industrializados e em desenvolvimento e a disponibilidade de água. O relatório alerta, assim, para o fato do agravamento da crise urbana e da pobreza contribuírem para reduzir a capacidade das pessoas para usar os recursos naturais de forma racional, levando-as a exercer maior pressão sobre o meio ambiente e para o problema da escassez futura de água.

Apenas em 1987, o Relatório Final da Comissão, denominado “Nosso Futuro Comum” foi divulgado, consagrando o termo desenvolvimento sustentável como a única alternativa para o futuro da humanidade, mas sem se ater à incontrolável mortalidade da população prevista nos dois primeiros modelos do Clube de Roma e às graves convulsões sociais previstas no terceiro informe do Clube, tal como conclui Lemos (2003, p. 15).

Em 1988, a Assembléia Geral das Nações Unidas convocou para junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), com o objetivo de discutir as conclusões e propostas do Relatório “Brundtland” e comemorar os 20 anos da Conferência de Estocolmo.

Ocorreram também diversas reuniões preparatórias, em diversos países, organizadas por ONGs ambientalistas, pela comunidade científica, pelos

⁵ O termo Desenvolvimento Sustentável foi consagrado no relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987 e produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada no final de 1983 e presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, ex-Primeira Ministra da Noruega, a

empresários e outros setores independentes.

Desde então, os governos de diversos países passaram a incorporar em diferentes graus a discussão ambiental.

No entanto, a questão não permaneceu restrita ao âmbito governamental e a Conferência do Rio de Janeiro ou Eco 92 ou CNUMAD ocorreu de fato em 1992, com a participação de cento e setenta e nove países, contando com dois eventos principais: a Conferência das Nações Unidas (governamental); e o Fórum Global, uma conferência paralela dos setores independentes (ONGs ambientalistas e ligadas a outros setores do desenvolvimento, às indústrias, aos povos tradicionais, às mulheres, etc.).

Nesta ocasião, foram aprovados os seguintes documentos (com força moral e não legal):

- Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Declaração sobre Florestas;
- Convenção sobre a Diversidade Biológica;
- Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas;
- Agenda 21.

Destes documentos, a “Agenda 21” foi o que ficou mais conhecido, sendo popularizado até em forma de cartilha, publicada pela Comissão “Pró-Agenda 21 Local do Rio de Janeiro”, que foi criada em 1996 com a missão de divulgá-la ao nível local e incentivar ações que visem implementá-la, tendo por base o conceito de desenvolvimento sustentável. A “Agenda 21” é um abrangente plano de ação a ser implementado por todos os governos, sendo composto de 40 capítulos, 115 programas e aproximadamente 2.500 ações previstas para o século XXI, visando a promoção do desenvolvimento sustentável em todo o planeta, dando efeito prático aos princípios aprovados na “Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”.

Embora sem força legal, ela contém um roteiro detalhado de ações concretas a serem adotadas pelos governos, instituições das Nações Unidas, agências de desenvolvimento e setores independentes, para iniciar o processo de

transição na direção do desenvolvimento sustentável.

Ao final de 1992, foi lançado o Relatório “Além dos Limites”, por um grupo de cientistas, alguns dos quais haviam participado do primeiro relatório apresentado ao Clube de Roma, “Os Limites do Crescimento”. Esses cientistas refizeram o modelo matemático utilizado no primeiro relatório de 1971, utilizando computadores mais eficientes e um conjunto de dados mundiais mais confiável e completo. Essa nova publicação descreve as características de uma sociedade que cresceu além dos seus limites, através de uma utilização veloz dos recursos naturais, em um ritmo maior do que sua possível restauração com a eliminação de resíduos e poluentes acima da capacidade de absorção da biosfera (LEMOS, 2003, p. 22).

Na década de 1980, diversos órgãos governamentais voltados para a questão ambiental foram criados. Dentre eles temos o *Office of Technology Assessment* (OTA), nos Estados Unidos, cujo surgimento segundo Brüseke (1998, p. 42-43), deve-se ao fato de, no início da década de 1970, haver-se iniciado uma consciência ecológica e uma nova postura por parte dos consumidores. Esta instituição americana foi a primeira a tentar calcular as conseqüências das inovações técnicas, avaliando os impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. Instituições semelhantes ao OTA surgiram, na Europa, em 1986, e na Alemanha, em 1990. São eles, respectivamente, o *Scientific and Technological Options Assessment Project* (STOA) e o *Büro für Technikfolgenabschätzung des Deutschen Bundestages* (Escritório para a Avaliação das Conseqüências de Técnicas do Parlamento Alemão).

No caso do Brasil, tem-se o surgimento pioneiro, em 1966, da Companhia Estadual de Saneamento Básico (CETESB), no Estado de São Paulo, que em menos de oito anos estava direcionada para o controle da poluição ambiental do ar e da água. E na década seguinte contou-se com a implantação, no Estado do Rio de Janeiro, da Fundação Estadual de Estudos do Meio Ambiente. Cabe ressaltar que atualmente a CETESB é uma das companhias que servem de padrão à Organização das Nações Unidas para outras similares no mundo (vide LIMONAD, 2003a).

Enfim, no âmbito da complexificação da questão ambiental, até o Banco Mundial tornou-se mais um agente na luta pela preservação ambiental e conservação da natureza – dando mais força ao comentário de Lefèbvre, conforme

assinalado anteriormente.

Cabe, neste sentido, ressaltar o fato de que nem todos os atores envolvidos na luta pela natureza têm os mesmos interesses. Há que se reconhecer a existência de diferentes agendas de gestão ambiental, que envolvem desde organismos como o Banco Mundial, sem tradição nesta área, até organizações não-governamentais com preocupações ambientais, como o Greenpeace (LIMONAD, 2003).

Em 2002, em consequência à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) de 1992, foi realizada a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) – *World Summit for Sustainable Development* – promovida pelas Nações Unidas entre 26 de agosto e 04 de setembro, em Johannesburgo, África do Sul. A Rio+10 produziu um Plano de Implementação e uma declaração política, a “Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável”.

O ano de 2002 contou ainda com a divulgação do Relatório “Planeta Vivo 2002”, pelo Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) em Genebra, na Suíça. Esse estudo registra uma super exploração de recursos naturais no planeta, sendo de 20% o excedente de degradação.

De fato, como se pode perceber, há um amplo leque de definições sobre que ambiente deveria ser preservado e defendido, aparecendo associada à temática ambiental a temática da sustentabilidade, como o faz o próprio Relatório Bruntland e os documentos subseqüentes. Para tratar-se da interação entre a prática do ecoturismo, a conservação ambiental e a sustentabilidade, que como acaba de ser visto estão inter-relacionadas, abordar-se-á a seguir a temática da sustentabilidade.

3.2. SUSTENTABILIDADE

A noção de sustentabilidade tem sua origem na economia, entretanto, a partir do acirramento dos debates a respeito da questão ambiental na década de 1990, passou a estar intimamente associada a esta.

Do momento em que se remete à sustentabilidade, não apenas à conservação da natureza ou à administração de ecossistemas, e sim a um conceito mais amplo, que aponta para novos modelos de desenvolvimento e de transformações sociais, é necessário que haja um esforço ainda maior por parte de cientistas, dos movimentos sociais e dos formuladores de políticas, no sentido de se obter a tecnologia, os mecanismos, a consciência e a postura necessários à *práxis* eficaz de tal conceito.

Para alguns autores, o problema da sustentabilidade estaria relacionado ao papel da técnica. Haveria uma contradição entre as exigências da busca de um modelo de desenvolvimento sustentável e a tecnologia subordinada à lógica econômica dominante. A solução residiria na ciência, enquanto um meio de se estabelecer os padrões e critérios mais justos a serem utilizados, com a meta de se equacionar o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, como, por exemplo, identificando fontes de poluição, ou ajudando a definir padrões alternativos de transporte público e de produção e uso de energia. Nesta perspectiva, transformar a crítica da técnica moderna em uma ciência de avaliação dos impactos das tecnologias seria um meio para garantir que o meio ambiente não seja totalmente degradado.

Neste sentido, temos as ponderações de Brüseke (1998, p. 42), que chama a atenção para o fato de que, nos dias atuais, publicações e eventos científicos estão voltados às instabilidades e riscos que podem existir através do uso de novas técnicas em ambientes despreparados para recebê-las. Considera ainda o fato de que cientistas, políticos, organizações não-governamentais e até grandes empresas especializadas têm buscado técnicas alternativas que melhor se adaptem ao meio ambiente e diminuam o desgaste humano na produção e no consumo do produto.

Ainda segundo Brüseke (1998, p. 43-44), as pesquisas têm se voltado à gênese da técnica e/ou às suas conseqüências, com o intuito de garantir que o desenvolvimento da técnica não promova danos ecológicos, nem conseqüências econômicas negativas, com proposições de técnicas que estejam integradas “numa outra prática social”. Ao que se pode dizer que a prática ecoturística se propõe.

Acselrad e Leroy (1999, p. 18) assinalam que se deve ter sempre em mente que o desenvolvimento sustentável não foge à lógica do mercado, reconhecidas as necessidades de crescimento econômico.

Assim sendo, existe uma contradição entre as exigências da busca de um modelo de desenvolvimento sustentável e a tecnologia subordinada à lógica econômica dominante.

Porém, parece que não se pode reduzir a questão ambiental à dimensão técnica, com o risco de se perder de vista a sua complexidade e as questões sociais envolvidas. Pois, conforme assinala Limonad (2003) para Topalov e outros autores que o seguiram, a questão ambiental antes de tudo seria parte de uma questão social mais ampla.

Neste sentido, temos a contribuição de Ignacy Sachs (1993), que usa a expressão Ecodesenvolvimento no lugar de desenvolvimento sustentável, e identifica cinco dimensões simultâneas de sustentabilidade, que devem ser consideradas no processo de planejamento com fins ao desenvolvimento, a saber: a sustentabilidade social⁶, a sustentabilidade econômica⁷, a sustentabilidade ecológica⁸, a sustentabilidade espacial⁹ e a sustentabilidade cultural¹⁰. Todas estas

⁶ “Sustentabilidade social, que seria a criação de um processo de desenvolvimento cuja meta seja construir uma sociedade com maior equidade na distribuição de renda e de bens” (IGNACY SACHS, 1993).

⁷ “Sustentabilidade econômica, cuja eficiência econômica seja avaliada em termos macro-sociais e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico. Como exemplo, temos o caso da atividade extrativa dos seringueiros na Amazônia, onde alguns alegam que o governo investe muito mais do que lucra com a atividade, porém, se a avaliarmos em termos macro-sociais, veremos que a preservação da floresta e a cultura dessas famílias estão garantidas graças a estes investimentos” (IGNACY SACHS, 1993).

⁸ “Sustentabilidade ecológica, que pode ser melhorada das seguintes maneiras:

a) Intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;

b) limitando o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos ou produtos esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por outros recursos ou produtos renováveis e abundantes, não agressivos ao mesmo;

c) reduzindo o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;

d) promovendo a auto-limitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta, ou seja, garantindo uma equidade dos padrões de consumo, pois uma criança de um país de 1º Mundo é capaz de consumir, num mesmo período de tempo, o que inúmeras crianças de 3º Mundo consomem;

e) intensificando a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;

f) definindo formas para uma adequada proteção ambiental;

g) desenhando a máquina institucional e criando instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para seu cumprimento” (IGNACY SACHS, 1993).

⁹ “Sustentabilidade espacial, para que haja uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, com ênfase no que se segue:

a) reduzindo a concentração excessiva em áreas metropolitanas;

b) freando a destruição de ecossistemas frágeis, porém de importância vital;

c) promovendo a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas,

cinco dimensões da sustentabilidade de Sachs convergem para a questão social. Logo de início, Sachs salienta o papel chave da “sustentabilidade social” ao associar o desenvolvimento econômico com a construção de uma sociedade com maior equidade na distribuição de renda e de bens.

A sustentabilidade econômica e ecológica estariam também relacionadas à questão social, seja ao ressaltar a importância das iniciativas de grupos sociais empenhados em práticas tradicionais, como é o caso dos seringueiros na Amazônia (GONÇALVES, 1999), seja ao defender novos padrões de consumo de recursos e energia e uma redefinição dos órgãos estatais e governamentais.

A sustentabilidade espacial, em seu entender, contribuiria para uma configuração territorial mais equilibrada dos assentamentos humanos e distribuição de renda, que em parte já é um desdobramento das três dimensões anteriores, associada a uma desconcentração das áreas metropolitanas, paralelamente à promoção de políticas agrícolas de fixação dos trabalhadores à terra e à exploração da industrialização descentralizada com garantia de novos empregos não agrícolas nas áreas rurais.

Os problemas ambientais expressam os modos predominantes de apropriação e uso dos recursos materiais da sociedade, decorrentes dos modelos de produção e consumo instaurados. A idéia de sustentabilidade explicita uma concepção expressa em quantidades. No entanto, cresce a preocupação não só com a redução de consumo, mas com a transformação do modelo, pois não se pode ignorar as dimensões qualitativas e culturais que predeterminam as quantidades de matéria e energia apropriadas socialmente. As questões de qualidade envolvem o que se produz, para que e para quem, ou seja, se a “soja vai para o gado europeu ou para o óleo de mesa do nordestino flagelado”. Essas questões estão fora do mercado, devendo-se caminhar em direção “a um projeto de

regenerativas, por pequenos agricultores, através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercado;

d) explorando o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e ao seu papel na criação de oportunidades de empregos não-agrícolas nas áreas rurais;

e) criando uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade” (IGNACY SACHS, 1993).

¹⁰ “Sustentabilidade cultural, que garanta propostas tecnológicas e de modernização, buscando mudanças sempre dentro de uma continuidade cultural e traduzindo o conceito de normas de ecodesenvolvimento em conjunto com soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a

economia solidária”, que vise alcançar um modelo de justiça ambiental (ACSELRAD & LEROY, 1999. p. 22-23).

Acsehrad e Leroy (1999, p. 28) destacam cinco eixos distintos de reflexão sobre sustentabilidade, que estariam direcionados à elaboração coletiva de um projeto de desenvolvimento, a saber: eficiência¹¹, eqüidade¹², novos padrões de produção e consumo¹³, auto-suficiência¹⁴ e ética¹⁵. Assim como Sachs, estes autores associam a questão ambiental à questão social, porém em um viés que procura destacar a justiça e eqüidade ambiental; principalmente ao considerarem que há uma relação intrínseca entre desigualdade social e degradação ambiental e ao enfatizarem o papel da responsabilidade social de todos os atores envolvidos.

Para Acsehrad e Leroy (1999, p. 44), devem ser considerados ainda dois problemas: a diferença de tempo entre os ciclos do capital e os da natureza e a concorrência entre os diversos usuários do meio ambiente.

Quanto ao primeiro problema, tem-se uma contradição entre a necessidade do lucro imediato por parte das empresas e o tempo exigido pelos diversos ciclos da natureza para seu restabelecimento, e que deve a todo custo ser considerado.

O segundo trata do desenvolvimento com vistas ao mercado, reforçando a concentração do controle sobre os recursos naturais nas mãos de poucos agentes sociais. Essa concentração e a privatização do meio ambiente comum são partes de um desenvolvimento que acaba com a diversidade sócio-cultural e forma uma massa populacional à margem da sociedade de consumo. A privatização de um

área” (IGNACY SACHS, 1993).

¹¹ “Eficiência – Aponta para a criação de novas tecnologias capazes de tornar os recursos mais duradouros, garantindo os meios materiais para a continuidade do desenvolvimento econômico e social” (ACSELRAD & LEROY, 1999, p. 28).

¹² “Eqüidade – Considera que há uma relação intrínseca entre desigualdade social e degradação ambiental, pois estas possuem raízes comuns e devem ser tratadas em conjunto” (ACSELRAD & LEROY, 1999, p. 28).

¹³ “Novos padrões de produção e consumo – Deixa claro que as camadas sociais de maior renda devem limitar seu consumo de bens materiais, já que a satisfação de demandas por bens de consumo não-essenciais são incompatíveis com um desenvolvimento ecologicamente benigno” (ACSELRAD & LEROY, 1999, p. 28).

¹⁴ “Auto-suficiência – Aponta os riscos que a expansão generalizada das relações de mercado representa para a preservação da estabilidade cultural e da capacidade reprodutiva da base material das comunidades tradicionais” (ACSELRAD & LEROY, 1999, p. 28).

¹⁵ “Ética – Ressalta os valores, deveres e obrigações morais relativos à preservação das condições de vida no planeta, articulando a discussão sobre sustentabilidade à responsabilidade social na construção e preservação de um mundo comum” (ACSELRAD & LEROY, 1999, p. 28).

território e dos seus recursos extermina a identidade sócio-cultural deste local, fazendo a população ficar longe de sua história e de seu território.

De fato, há que se ressaltar que o conceito de sustentabilidade tem sofrido alterações que mostram projetos de mudança do modelo dominante de desenvolvimento baseados em princípios de justiça social. Nesse caso, não se deve negar às classes e setores sociais fora do poder, ou que não estejam ao seu redor, a possibilidade e a capacidade de pensar e construir suas próprias propostas de desenvolvimento.

Concorda-se, assim, com Acselrad e Leroy, para quem a sustentabilidade surge como possibilidade de criação, por parte da sociedade, de práticas “que estabeleçam relações sólidas e de longo prazo entre esta sociedade e a base material de sua existência” (1999, p. 33).

Por conseguinte, a sustentabilidade deve ser discutida no campo das relações sociais, tratando não apenas dos recursos e do meio ambiente, mas também das formas sociais de apropriação e uso destes.

Pode-se dizer, portanto, a partir das proposições de Acselrad e Leroy (1999), que o desenvolvimento sustentável está diretamente ligado à democracia, pois a sustentabilidade só pode ser alcançada através da participação de todos, especialmente daqueles que pertencem às camadas mais populares e que costumam ficar à margem das decisões de seus próprios meios natural, cultural, social ou econômico, por não receberem o mínimo de instrução que lhes tornem capazes de reivindicar seus próprios direitos.

A proposta apresentada por Acselrad e Leroy (1999, p. 47), “frente à concentração de poder sobre os recursos naturais e o meio ambiente”, é de que se construa “um caminho que considere a diversidade, permitindo que se afirmem diferentes formas culturais de relação com a natureza, diferentes estratégias e propostas para o futuro. Dessa forma, pensar o território torna-se importante para construir uma geografia política alternativa”.

Seguindo essa linha de raciocínio, tem-se que, à medida que se define um território como espaço de realização da sociedade, de acordo com a identificação de suas potencialidades, com o reconhecimento das habilidades e experiência

histórica que acumularam, os sujeitos sociais acabam se firmando enquanto cidadãos.

Neste contexto, apenas uma luta democrática, onde todos sejam agentes com verdadeira possibilidade de influência, onde o meio ambiente apareça antes de tudo como um bem público, subordinando sua exploração e a dos recursos naturais às necessidades básicas da população, ou seja, apenas uma luta por justiça social e ambiental pode apontar para um “Brasil Sustentável e Democrático”. (ACSELRAD & LEROY, 1999, p. 51).

Neste sentido, com base na definição de ambientalismo¹⁶ de Castells (1999, p. 43), pode-se dizer que tudo o que se refere à questão ambiental não deve estar dissociado da vida em sociedade, do que foi e está sendo socialmente construído (ou destruído) pelo homem, e, portanto, das reivindicações de muitos por justiça social. A partir desta proposição, pode-se estabelecer a relação entre justiça ambiental e justiça social. A distinção entre ambas está no enfoque diferenciado que lhes é dado.

A justiça social focaliza questões relativas às condições de vida, tais como o trabalho, a educação, a moradia e a saúde, considerando a inexistência de iguais condições a todos os indivíduos. Tem, portanto, como premissa básica a busca por uma sociedade onde esteja garantida uma equidade social, ou seja, uma sociedade onde todos tenham as mesmas possibilidades de acesso a serviços básicos (como educação, saúde e moradia) e de obtenção de bens de consumo.

A justiça ambiental tem também por base um discurso social, que considera os problemas sociais existentes (como má distribuição de recursos, desigualdade social, etc.). Entretanto, focaliza a comprovação de fatos ligados ao meio ambiente, tais como a constatação de que muitas pessoas encontram-se hoje expostas a riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circulam, especialmente grupos sociais excluídos, de menor renda.

Como visto anteriormente, são cada vez mais freqüentes os debates

¹⁶ Para Castells (1999, p. 43), o ambientalismo se refere “a todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante”.

ambientais que se propõem à compatibilizar o desenvolvimento com a preservação ambiental, com vistas à melhoria da qualidade de vida do ser humano, garantindo a equidade social.

Essa nova filosofia que abrange o tema da sustentabilidade, como única forma de garantir a preservação ambiental, sem perder de vista a possibilidade de desenvolvimento, sem que para isso seja necessário que haja uma paralisação da reprodução de mercadorias, base da economia capitalista em vigor, vem de encontro com a prática da atividade ecoturística. É preciso lembrar que essa atividade requer planejamento para que a população local não sofra com os riscos ambientais, enquanto uma minoria usufrui o que um local tem de melhor a oferecer.

Atualmente, como reconhecido por Acselrad e Leroy (1999, p. 27), muitos projetos referem-se ao direito dos cidadãos de participarem ativamente da construção do seu espaço, no sentido mais amplo, através de suas organizações e de seus grupos de interesse, reconhecendo-se com isso “o direito e dever de opinar, propor, deliberar, gerir, executar, fiscalizar seus governos e as instâncias públicas internacionais”. Só assim a cidadania ativa, enquanto participante de um projeto de desenvolvimento, sobrepor-se-á às forças do mercado.

De fato, os que mais sofrem com os riscos ambientais são os indivíduos que compõem a parcela da população de menor renda, ou seja, a maioria da população. Esse fato é conseqüência de um sistema econômico gerador de um processo de exclusão territorial e social das camadas populares e da concentração de poder na apropriação de recursos ambientais nas mãos da minoria rica e poderosa.

Os responsáveis pelo modelo de injustiça social e irresponsabilidade ambiental em que vivemos são as empresas e governos, que numa troca de interesses políticos e, conseqüentemente, monetários, fazem *lobbys* que acabam indo de encontro aos interesses das comunidades, prejudicando tanto a população quanto o meio ambiente.

O importante é que as discussões a respeito da questão ambiental, equidade, justiça social e justiça ambiental continuem a ferver nos debates teóricos e sejam alcançados na prática, para que possamos ver de fato um desenvolvimento pautado na sustentabilidade, enquanto conquista de um mundo

melhor para todos.

Como pôde ser observado, a sustentabilidade adquire uma importância crescente no seio da questão ambiental. Sendo assim, tratar-se-á a seguir do entrelaçamento destas questões com o ecoturismo.

3.3. AS ORIGENS DO ENTRELAÇAMENTO ENTRE A QUESTÃO AMBIENTAL, A SUSTENTABILIDADE E O ECOTURISMO

É importante perceber que as diversas definições e eventos relacionados ao ecoturismo têm, em sua essência, um caráter ambiental, onde o importante é garantir um desenvolvimento da atividade sem que ocorram perdas (danos) ambientais.

Observa-se assim, desde 1990, que muitas conferências e simpósios foram organizados sobre o tema ecoturismo e, notadamente, este foi o período em que, como acabou de ser visto, os debates ambientais fervilhavam em todo o mundo.

A década de 90 foi especialmente marcada pela formulação de algumas tentativas em se estabelecer diretrizes para operadoras ecoturísticas e/ou a certificação e credenciamento das mesmas. Estes seriam mecanismos para garantir aos turistas um serviço de qualidade e a certeza de cooperarem para a não degradação do meio ambiente, pois a avaliação das operadoras deverá ter, como base, a análise dos impactos gerados pela atividade sobre a comunidade, o meio ambiente, os turistas, além de outros elementos constitutivos da atividade.

Os mecanismos de garantia de um serviço de qualidade na prática da atividade ecoturística, apresentados a seguir, foram retirados do documento “Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável”, escrito por Niefer e Garzel Leodoro da Silva em 1999¹⁷.

Uma proposta para a certificação e credenciamento de operadoras turísticas

¹⁷ NIEFER, I. A. & GARZEL LEODORO DA SILVA, J. C. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. **Cadernos da Biodiversidade**, Curitiba, v. 2, n. 1, jul. 1999, p. 53-61.

é a adoção de um selo ambiental para os serviços turísticos. Neste caso, Troumbis (1991) realça que o uso deste selo requereria uma definição do que estaria a ser certificado: o local, o vetor (a indústria turística), o turista ou a combinação de todos, e propõe uma matriz para possibilitar a avaliação do impacto ambiental a partir do desenvolvimento da atividade de ecoturismo, tal como exposta abaixo.

FASE DE DESENVOLVIMENTO			
CAMPOS AMBIENTAIS	CONSTRUÇÃO	OPERAÇÃO	EXTENSÃO
Degradação ou destruição da paisagem natural			
Conservação da vida selvagem			
Tratamento do lixo			
Consumo de água			
Consumo de energia			

Fonte: NIEFER & GARZEL LEODORO DA SILVA. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. **Cadernos de Biodiversidade**, Curitiba, v. 2, n. 1, jul. 1999.

Para Troumbis (idem), através desta matriz, seria possível avaliar os impactos ambientais durante o que ele define como as três fases do ciclo de vida do turismo. Na primeira, a fase de **construção**, quando é implantada a infraestrutura; na segunda, a fase de **operação**, quando prevalece o uso desta infraestrutura; e na terceira, a fase de **extensão**, quando ocorrem as instalações além das inicialmente planejadas, o que, geralmente, causa os maiores danos ambientais. O autor ainda sugere que, para a classificação dos impactos, seja usada uma escala simples, como: **baixo impacto, impacto moderado e impacto considerável**.

Esta matriz proposta por Troumbis poderia servir de ponto de partida na avaliação de impactos produzidos pela prática da atividade ecoturística. No entanto, para a adoção de um selo ambiental, parece-nos que seria necessário criar um mecanismo de classificação das operadoras ecoturísticas, tal como a escala proposta por Shores (1997, 1998).

Shores (idem) propõe uma escala de seis níveis para classificar a atividade ecoturística conforme seus impactos ambientais. A escala seria assim:

- O nível 0 exigiria somente que a operadora conscientizasse os turistas sobre a fragilidade do ecossistema visitado. Neste nível, encontraria-se, por exemplo, uma viagem casual para um ambiente natural.
- No nível 1, deveria existir algum retorno financeiro para o ecossistema visitado. Poderia ser cobrado em forma de taxas de aeroporto ou pedágio.
- Já no nível 2, os ecoturistas deveriam engajar-se de alguma forma na conservação do ambiente, como, por exemplo, plantando árvores ou coletando lixos.

- No nível 3, seria requerida a certificação de que a viagem, incluindo a parte aérea, seria benéfica ou pelo menos neutra para o ambiente.
- Para ser classificado no nível 4, deveria ser demonstrado que o saldo do impacto dos visitantes seria positivo para o ambiente. Efeitos negativos do sistema de viagem poderiam ser compensados por ações benéficas para o ambiente, como, por exemplo, uso de energia alternativa, tecnologias adequadas, reciclagem do lixo, agricultura orgânica.
- O nível 5 deveria ser aplicado para viagens cujo sistema inteiro operasse de uma maneira ambientalmente saudável. Isto incluiria a propaganda para a viagem, transporte, acomodação, produção de alimentos e de lembranças, tratamento do lixo e esgoto.

Em 1992, houve o Congresso Mundial de Ecoturismo, em Belize, que apresentou uma abordagem nova para o ecoturismo, ao passar a considerá-lo uma atividade cujo objetivo também consideraria a interpretação dos valores naturais e culturais existentes, prevendo ainda a interação e a integração com as comunidades anfitriãs, promovendo o mínimo de impacto sobre os recursos, sendo ainda “base de apoio aos esforços dedicados à preservação e ao manejo das áreas naturais onde se desenvolvem as atividades ou naquelas cuja prioridade seja manutenção da biodiversidade”.

A partir de então, surge uma perspectiva sustentável na prática da atividade que não era considerada em seus primórdios e baseada nas formulações sobre sustentabilidade estabelecidas nos diversos debates ambientalistas travados em todo o mundo.

Comprovando a tendência de relacionar o turismo à sustentabilidade, diversas associações de operadoras de viagens passaram a orientar seus membros para oferecerem um serviço ambientalmente responsável. Diversas entidades elaboraram códigos e normas neste sentido. Dentre elas, pode-se citar:

- a “Pacific Asia Travel Association” (PATA), que, em 1992, lançou o código para viagens ambientalmente responsáveis, chamado “The Green Leaf”. Este código¹⁸

¹⁸Princípios do código para viagens ambientalmente responsáveis, elaborado pela PATA:

- adotar as práticas necessárias para conservar o ambiente, como p.ex. o uso sustentável de recursos renováveis e a conservação de recursos não-renováveis;
- contribuir para a conservação de qualquer habitat de flora ou fauna e de qualquer lugar natural ou cultural que pode ser afetado pelo turismo;
- encorajar autoridades a identificar áreas dignas de conservação e a determinar o nível de desenvolvimento, se houver algum, que garanta a conservação destas áreas;
- assegurar que atitudes da comunidade, valores culturais, incluindo costumes e crenças locais, sejam considerados no planejamento de projetos turísticos;
- procedimentos de avaliação devem identificar como os impactos cumulativos e individuais do desenvolvimento afetam o meio-ambiente;
- seguir todas as convenções internacionais relacionadas com o meio ambiente;

recomendava a seus membros a obediência a uma série de princípios relacionados à conservação do ambiente e dos valores envolvidos com vistas à manutenção das atividades de turismo.

- a “The Ecotourism Society” (1997), uma organização internacional sem fins lucrativos que visa disseminar informações sobre ecoturismo, que, em 1993, lançou um livro de vinte páginas com diretrizes para operadoras de ecoturismo¹⁹, semelhantes aos princípios do código elaborado pela PATA.
- Em novembro de 1996, a “Ecotourism Association of Australia” (EAA) em parceria com a Associação Australiana de Operadoras Turísticas lançaram o Programa Nacional de Certificação de Ecoturismo da Austrália (NEAP), em que são feitas recomendações a respeito de quem deve receber a certificação, quais critérios e padrões mínimos que devem ser cumpridos para que uma operadora possa ser chamada de ecoturística. Mais tarde, o Código de Práticas para Operadoras de Ecoturismo, desenvolvido pela EAA, relacionava os aspectos²⁰ que deveriam ser

-
- obedecer a legislação ambiental nacional e local;
 - encorajar todos os envolvidos com turismo a consentir com as políticas de planejamento locais, regionais e nacionais e participar no processo de planejamento;
 - providenciar oportunidades para a comunidade participar no planejamento que afeta a indústria de turismo e a comunidade;
 - reconhecer responsabilidade para os impactos ambientais de todas as atividades e projetos turísticos e fazer o possível para mudar estas práticas;
 - promover práticas ambientalmente responsáveis, incluindo administração do lixo, reciclagem e uso de energia;
 - criar na administração e no pessoal consciência sobre princípios ambientais e de conservação;
 - apoiar a inclusão de princípios profissionais de conservação na educação, no treinamento e no planejamento turístico;
 - fornecer informação adequada e precisa ao turista;
 - estabelecer políticas e/ou diretrizes ambientais para os setores da indústria de turismo.

¹⁹Itens abordados pelas diretrizes para operadoras de ecoturismo, elaboradas pela “The Ecotourism Society”:

- preparar os viajantes visando minimizar os seus impactos negativos, tanto em aspectos ambientais quanto culturais;
- preparar os viajantes para cada encontro com culturas locais, animais e plantas nativas;
- minimizar os impactos dos visitantes no meio-ambiente, fornecendo literatura e instruções específicas, guiando pelo exemplo e tomando ações corretivas;
- usar liderança adequada e manter grupos suficientemente pequenos para garantir um impacto mínimo no destino. Evitar áreas com manejo insuficiente e super-visitação;
- assegurar que administradores, pessoal e empregados contratados saibam e participem da política da empresa para prevenir impactos no ambiente e na cultura local;
- fornecer programas de treinamento aos administradores, pessoal e empregados contratados. Estes programas devem visar a melhor orientação do visitante de ecossistemas frágeis;
- contribuir para a conservação das regiões visitadas;
- ofertar empregos competitivos à população local;
- oferecer acomodações adequadas ao local, que não estejam desperdiçando recursos ou destruindo o meio-ambiente. Elas devem fornecer ampla oportunidade para o estudo do ambiente e um intercâmbio harmonioso com as comunidades locais.

²⁰Aspectos abordados pelo Código de Práticas para Operadoras de Ecoturismo, desenvolvido pela EAA:

- fortalecer os esforços para a conservação e aumentar a integridade natural dos locais visitados;
- respeitar as características de outras culturas;
- ser eficiente no uso de recursos naturais (água, energia);
- garantir que o descarte do lixo tenha um impacto mínimo, ambiental e estético;
- desenvolver um programa de reciclagem do lixo;
- apoiar fornecedores que seguem uma ética de conservação;
- manter-se atualizado em assuntos políticos e ambientais da região visitada;
- trabalhar em rede com outros interessados, para trocas de informações a respeito de desenvolvimentos relevantes, bem como estimular o uso deste Código de Práticas;
- divulgar as diretrizes para aumentar a consciência ambiental dos consumidores;

inerentes à prática da atividade (EAA, 1998).

Uma breve análise das diretrizes elaboradas por estas entidades para a prática ambientalmente responsável da atividade ecoturística, dizem respeito às premissas básicas consideradas no Capítulo 2, onde se considera atividades ecoturísticas aquelas que: 1) procurem reduzir ao mínimo os impactos negativos sobre o entorno natural e o sócio-cultural, contribuindo para a proteção de áreas naturais; 2) gerem benefícios econômicos para as comunidades, as organizações e as autoridades locais, controlando áreas naturais com finalidades de conservação; 3) forneçam oportunidades alternativas de emprego e renda para comunidades locais e; 4) conscientizem a conservação de recursos naturais e culturais entre habitantes locais e turistas.

A ligação entre ecoturismo e a questão ambiental é ainda ressaltada quando, no ano de 2002, contou-se com a Reunião da Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, que ocorreu em Quebec, Canadá, de 19 a 22 de maio, onde se enfatizou que o turismo deve ser mundialmente visto como prioridade por sua potencial contribuição para a erradicação da pobreza e conservação dos ecossistemas ameaçados.

Este evento foi de extrema relevância para o desenvolvimento da atividade ecoturística, por indicar para a prática contemporânea do ecoturismo inúmeras recomendações tanto para o setor privado, governos, organizações não governamentais, associações de base comunitária, quanto para instituições de ensino e pesquisa, agências financiadoras e de auxílio ao desenvolvimento e até mesmo para comunidades indígenas e locais (vide Anexo II).

-
- apoiar a educação e o treinamento ecoturístico para guias e administradores;
 - empregar guias instruídos, que respeitem os ambientes e culturas locais;
 - fornecer educação, interpretação e diretrizes apropriadas aos clientes, respeitando a história natural e cultural da área visitada;
 - usar produtos locais, que beneficiem a comunidade, sem estimular o comércio de artefatos feitos a partir de espécies ameaçadas;
 - não perturbar intencionalmente ou encorajar a perturbação da vida selvagem, bem como dos seus habitats;
 - manter veículos nas rotas indicadas;
 - aceitar as regras de áreas naturais;
 - concordar com os padrões de segurança australianas;
 - assegurar verdade na publicidade;
 - maximizar a qualidade da experiência para hóspede e anfitrião.

3.4. ECOTURISMO, A QUESTÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, definiu, conforme já assinalado anteriormente, que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”. Foi a partir dessa definição de sustentabilidade que surgiram as definições de Turismo Sustentável e a “Carta do Turismo Sustentável” do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1997 (MARTINS, 2001, p. 18).

Há que se salientar a idéia implícita dos recursos enquanto capital a ser preservado para as gerações futuras, como fica patente na concepção de Martins de que em cada troca ou preservação de valores locais, cabe à comunidade a escolha e a medida de cada elemento para que a atividade turística seja sustentável, de forma a permitir às novas gerações “uma melhor qualidade da experiência de viver os lugares e de visitá-los” (MARTINS, 2001, p. 18), ou ainda quando esta autora salienta que

(...) a sustentabilidade do turismo depende do espaço existente (base material), dos eventos oferecidos, do engajamento da população local e, principalmente, da capacidade e da criatividade para gerar uma base econômica e valores ligados às especificidades do turismo no local.

Para Lemos (1999, p. 83), por sua vez, o Turismo Sustentável seria a modalidade de atividade turística que tem por meta:

(...) otimizar o desenvolvimento econômico com base local sob condições que assegurem não só a qualidade dos serviços oferecidos, mas também e principalmente a salvaguarda do patrimônio, que deve ser mantido melhorado e restaurado pelos recursos auferidos. Garantindo-se assim a manutenção das atividades no presente e no futuro, tendo em vista o **ciclo de vida do turismo** [grifo nosso].

Esta definição é mais pragmática e objetiva do que as anteriores ao deixar de lado a questão da sustentabilidade e ao enfatizar claramente a sua intenção de propiciar o “desenvolvimento econômico com base local” – com uma proposta de salvaguarda e manutenção do patrimônio a partir dos recursos auferidos durante o tempo em que a atividade se mantiver – ou seja “tendo em vista o ciclo de vida do turismo” ou, como MARTINS (2001) prefere, “a curva de vida da atividade turística”.

Não se trata de uma prática de preservação ambiental, mas sim de uma preservação dos elementos que tenham interesse para a atividade turística em si e

que contribuam para a geração de renda e o desenvolvimento local. Neste sentido, a “Carta do Turismo Sustentável” do ICOMOS (vide Anexo IV) é exemplar (extraída de MARTINS, 2001, p. 19-20).

Esta Carta estabelece de forma objetiva e pragmática dez diretrizes para a promoção desta atividade. As diretrizes desta Carta já deixam claro, em seu próprio texto, seus propósitos mercadológicos e financeiros ao:

a) Associar a conservação e o uso sustentável dos recursos à longevidade e mesmo existência da atividade econômica, enquanto fonte de geração de lucro e renda, seja ao assinalar na primeira diretriz que “1) Devemos usar os recursos de uma forma sustentável”. A conservação e o uso sustentável dos recursos – natural, social e cultural – **“é crucial e propícia a negócios a longo prazo”** (grifo nosso), seja ao enfatizar que “3) Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para o turismo sustentável de longo prazo”.

b) Reconhecer a necessidade de minimizar os impactos ambientais, não em nome de um “futuro comum”, seja para reduzir os custos, seja para não comprometer a atividade em si ao assinalar que a esta deve “2) Reduzir o excesso de consumo e gasto: isto evitaria os custos, a longo prazo, de restauração do meio ambiente danificado e contribuiria para a melhora da qualidade do turismo”, bem como quando destaca a necessidade de “4) Integrar o turismo ao planejamento: o desenvolvimento do turismo deve ser integrado ao planejamento nacional e local, estrategicamente e sem causar impacto ambiental, o que torna viável a longo prazo o turismo”.

c) Procurar legitimar e viabilizar as atividades turísticas através do apelo ao desenvolvimento local, ao destacar a necessidade de

5. Sustentar o desenvolvimento de economias locais: o turismo comporta um vasto percentual de atividades econômicas locais e leva em consideração custos ambientais e valores que protegem aquelas economias e evita danos ambientais.

bem como o envolvimento das comunidades locais e integração dos atores envolvidos tendo em vista o “aprimoramento” dos serviços e da “qualidade” do produto oferecido, como denota a diretriz abaixo:

6. Envolver as comunidades locais no processo de turistificação: o pleno envolvimento de comunidades locais no setor do turismo não apenas as beneficia, mas beneficia também ao ambiente em geral e aprimora a

qualidade da experiência do turismo.

e a possibilidade de comprometimento dos envolvidos, de modo a ganhar uma maior legitimidade e evitar a emergência de conflitos que possam comprometer a atividade em si, ao propor

7. Consultar constantemente os investidores e o público: as consultas tanto à indústria do turismo quanto às comunidades locais, organizações e instituições são essenciais para um trabalho de equipe e para resolver possíveis conflitos potenciais de interesse.

Há que se ressaltar que as três últimas diretrizes da Carta apresentam um caráter mais relacionado ao treinamento e *marketing* em si para a promoção da atividade turística, como se pode depreender abaixo:

8. Treinar a equipe de trabalho: a equipe de treinamento que integra o turismo sustentável deve recrutar empregados de todos os níveis com diferentes práticas de trabalho, para que haja a melhora da qualidade do produto do turismo.

9. Promover um marketing turístico responsável: o marketing que provê os turistas de informação completa e responsável, aumenta o respeito pelos lugares de destinação (ambientes natural, social e cultural) e pela satisfação do freguês.

10. Promover pesquisas na área: a pesquisa contínua deste setor e o seu monitoramento usando uma coleção e análise de dados (registros) são essenciais para auxiliar na solução de problemas e trazer benefícios aos lugares onde estão presentes, à indústria turística e aos turistas.

Havia e há, portanto, uma forte consciência no setor turístico quanto ao potencial do que viria a se constituir mais tarde no ecoturismo e nos meios e mecanismos necessários para viabilizar econômica e lucrativamente as atividades do setor. Não há, assim, porque se espantar com o ulterior desenvolvimento e expansão do que passa a ser caracterizado como atividades ecoturísticas, por parte das empresas promotoras e operadoras.

Martins (2001, p. 20-21) acredita que ao seguir e divulgar esta carta poder-se-ia obter um turismo amparado na conscientização, na obtenção de recursos econômicos, com grande oferta de empregos a longo prazo, garantindo a manutenção do processo de turistificação para as gerações futuras. Porém, como nos mostram as diretrizes da “Carta do Turismo Sustentável” do ICOMOS, as suas metas são muito mais pragmáticas e voltadas para o potencial econômico do que para a preservação e conservação ambiental em si.

De fato, deve-se reconhecer que o desenvolvimento das atividades relacionadas ao ecoturismo estaria intimamente ligado ao aumento das

preocupações ambientais ao redor do mundo. Antes de 1980, eram raros aqueles que se preocupavam com a sustentabilidade do desenvolvimento e a possível escassez dos recursos naturais, a não ser pelos poços de petróleo.

Ao pensar em como se deu o início da prática do ecoturismo, assim denominado e dentro dos parâmetros até aqui apresentados, percebe-se que este corresponde ao incremento de uma preocupação com o ambiente natural no mundo.

Como visto anteriormente, o ecoturismo gera bilhões de dólares por ano e vem crescendo a taxas de 10 a 15% ao ano, de acordo com Castilho & Herrscher (1997; apud NIEFER & GARZEL LEODORO DA SILVA, 1999), o que justifica, por exemplo, a existência em 2002 de eventos internacionais ligados ao tema, tais como: a Conferência Mundial de Ecoturismo, no Canadá, que gerou a “Declaração de Ecoturismo de Quebec”; e a Conferência Rio+10 (Eco 2002), que ocorreu na África do Sul e teve o ecoturismo como um dos pontos de debate em sua pauta.

Estes são dois eventos recentes de destaque para o debate a respeito da utilização “sustentável” dos recursos naturais, o que prova a relação entre os temas desenvolvimento sustentável, a questão ambiental e a atividade ecoturística no mundo.

Assim, a atividade ecoturística carrega consigo a bandeira da preservação ambiental, sempre ligada ao termo sustentabilidade posto como objetivo final.

A “Declaração de Ecoturismo de Quebec” enfatiza ainda que o turismo deve ser mundialmente visto como prioridade por sua potencial contribuição para a erradicação da pobreza e conservação dos ecossistemas ameaçados.

Seus participantes ainda reconhecem que há um crescente interesse das pessoas em visitar áreas naturais, que a atividade ecoturística tem tido um papel primordial na introdução de práticas sustentáveis no setor do turismo e que o turismo sustentável pode ser uma importante fonte de receita para as áreas protegidas. Afirmam também que o ecoturismo é uma valiosa oportunidade econômica para as populações locais e pode contribuir intensamente com a conservação, se realizada de forma sustentável. Fica assim estabelecida a relação ecoturismo, desenvolvimento sustentável e a questão ambiental neste documento.

Mesmo apresentando grande importância econômica, principalmente para os países em desenvolvimento, não há um consenso a respeito do termo ecoturismo entre as operadoras turísticas, os consumidores e outros interessados. Isto propicia o uso indiscriminado do mesmo. Dentro do contexto do *marketing* ambiental, “a palavra ecoturismo tornou-se um rótulo desejado e está sendo utilizado de forma abusiva por inúmeras operadoras de turismo”, que com isso garantem um nome “limpo” no mercado de viagens, sem garantirem o respeito ao ambiente natural e/ou cultural, podendo fazer com que o conceito de ecoturismo se torne vago (HEADLY et al., 1998; apud NIEFER & GARZEL LEODORO DA SILVA, 1999).

Nesta linha, segundo os seus formuladores, para que o ecoturismo faça parte fundamental de um desenvolvimento pautado na conservação do ambiente natural, seria necessária uma abordagem multidisciplinar, com um planejamento cuidadoso (tanto físico, quanto gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, para que tenha um funcionamento estável.

Como visto anteriormente, primeiro há que se considerar a complexidade e o caráter multidisciplinar da questão ambiental, onde não devem ser considerados apenas os aspectos biológicos dos ecossistemas, e as abordagens técnicas, mas principalmente, a partir do exposto até aqui, os fatores políticos, econômicos e sociais envolvidos.

Ceballos-Lascuráin (apud LINDBERG & HAWKINS, 1995, p. 27) apresenta uma visão crítica em relação ao ecoturismo, ao apontar para a existência de problemas crônicos, como a falta de orçamento e a falta de mão-de-obra especializada de muitas áreas protegidas, especialmente em países em desenvolvimento. Porém, acredita que estes poderiam começar a ser resolvidos, se fossem criados mecanismos adequados para fazer as divisas deste turismo ficarem nos próprios locais de sua aplicação. Também enfatiza que o ecoturismo não deve ser restrito às áreas protegidas legalmente, uma vez que podem acabar sofrendo muita pressão. Se este se desenvolver em áreas naturais que não têm nenhuma proteção oficial, pode vir a estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximas, por iniciativa própria, sem pressões externas. Esses seriam, em seu entender, princípios básicos para se atingir o tão almejado desenvolvimento sustentável.

Os impactos da prática do ecoturismo, segundo Boo (apud LINDBERG & HAWKINS, 1995, p. 34), podem ser negativos ou positivos. Entre os primeiros, estão os chamados “custos” potenciais que abrangem a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas, as mudanças sócio-culturais negativas. Entre os segundos, temos os chamados “benefícios” potenciais que consistem na geração de receita para as áreas protegidas, a criação de empregos para as pessoas que vivem junto a essas áreas e a promoção de educação ambiental e de conscientização sobre a conservação.

Há um perigo em potencial que seria a conversão de áreas protegidas que recebem os ecoturistas em recursos naturais internacionais, mediante o fato de que a maior parte dos ecoturistas seria de países de Primeiro Mundo ou da elite do país, com capacidade para pagar as experiências. Assim sendo, a capacidade dos visitantes locais excederia e ocorreria a exclusão dos cidadãos locais e nacionais, devido aos custos, tornando estes turistas não bem vindos à própria terra e com suas necessidades de recreação e melhora de seus níveis de vida ignoradas.

A partir desse quadro, Boo (apud LINDBERG & HAWKINS, 1995, p. 34) acredita que a tarefa hoje, para aqueles que se preocupam em promover o ecoturismo como uma atividade que garanta a conservação do meio ambiente, seria “procurar os pontos em comum entre o ecoturismo, a conservação e o desenvolvimento, e encontrar formas de minimizar custos e maximizar benefícios”.

Todas as proposições relativas ao ecoturismo concordam que a implementação de atividades de ecoturismo contribui para o desenvolvimento econômico, em diferentes escalas, através da geração de emprego e renda, da melhoria de equipamentos urbanos e de infra-estrutura. Há que se considerar, todavia, que a implementação de atividades de ecoturismo, principalmente em Unidades de Conservação, podem acarretar sérios danos e impactos ao ambiente. Com base em um documento da SEMA-SP ([200-], p. 7), pode-se destacar o comprometimento da fauna e flora em razão da presença humana com: o pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas; o aumento e/ou disposição inadequada do lixo e efluentes; a transformação da paisagem e depredação de elementos naturais, dada a necessidade de "sacrifício" de áreas para instalação de infra-estrutura; o aumento do risco de incêndios. Além de poder acarretar, no caso de estâncias de veraneio ou inverno, fluxos migratórios,

adensamentos urbanos não planejados e favelização, com o aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e conseqüente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais.

Ao considerar o panorama exposto até aqui, percebe-se que se tornou premente o estabelecimento de negociações, políticas e regras que garantam a conciliação entre a conservação dos recursos naturais, do patrimônio histórico e cultural e de modos de vida e culturas peculiares em face dos interesses econômicos envolvidos.

Enfim, parece que para serem conduzidas de forma coerente com a preservação dos ambientes naturais, as atividades ligadas ao ecoturismo devem considerar a fragilidade dos ecossistemas onde se desenvolve e os fatores restritivos à sua exploração.

Trata-se de reconhecer, a partir do exposto até o presente, que:

1. A escassez é socialmente criada em distintos momentos históricos e está relacionada aos interesses dos diferentes atores sociais em disputa pelo espaço (ver a este respeito HARVEY, 1996; LIMONAD, 2003; COSTA, 2002).
2. Não há desenvolvimento que não seja sustentável (LIMONAD, 2003), além do fato de ser impossível, a quem quer que seja, opor-se à sustentabilidade (HARVEY, 1996). A questão que se coloca está mais relacionada à justiça ambiental em relação aos atores envolvidos do que necessariamente à sustentabilidade do desenvolvimento, uma vez que, em nome da sustentabilidade, práticas de exclusão social podem buscar uma legitimidade em nome de preservar um capital natural para as gerações futuras.
3. A proposta do ecoturismo como atividade que promova o desenvolvimento sustentável mostra-se, assim, como uma proposição extremamente complexa, uma vez que, como qualquer outra atividade no sistema capitalista, busca o lucro e sua legitimação, através de um discurso ambiental e de envolvimento das comunidades afetadas, entre outros fatores.

4. Enfim, parece que a prática do ecoturismo possui potencialidades em termos de permitir o desenvolvimento local e uma relativa preservação e conservação dos recursos naturais e culturais envolvidos, todavia, acredita-se ser essencial que toda e qualquer proposta parta do reconhecimento de suas limitações em termos da proteção ambiental e de seu caráter econômico, bem como de seu papel na produção e organização do espaço social.

Por conseguinte, entende-se que a sustentabilidade deve ser entendida, não como um dado técnico, mas no campo das relações sociais, relacionada não apenas aos recursos e ao meio ambiente, mas também às formas sociais de apropriação e uso dos recursos naturais. À medida que se partilha a concepção de Acsehrad e Leroy (1999, p. 93) de que a sustentabilidade só pode ser alcançada mediante a participação de todos os envolvidos, especialmente dos que costumam ficar à margem das decisões, parece de fundamental importância tal participação para a prática do ecoturismo, pois a população só tomará como seu patrimônio aquilo em que tiver participação ativa, direta. Por isso, seria de suma importância a participação dos grupos sociais atingidos e envolvidos no processo de instalação e desenvolvimento da atividade de ecoturismo. Porém, nem sempre isso acontece, e via de regra permanece nas intenções ou no discurso.

Na prática do ecoturismo, observa-se que muitas vezes a exploração dos recursos naturais, tais como a água, a floresta e até mesmo o ar, não é feita adequadamente, especialmente por parte dos patrocinadores da atividade, ou seja, empresas e governos. A falta de preocupação com o lixo ou o ruído produzidos e a conseqüente saturação da infra-estrutura geram a má qualidade de vida da população local, mas sempre garantindo aos visitantes os melhores ambientes. No entanto, os impactos negativos ao meio ambiente podem ser irreversíveis e promover até mesmo o fim da prática ecoturística no local.

Uma vez definidos estes parâmetros e cuidados em termos da questão ambiental, da sustentabilidade e do ecoturismo, o próximo capítulo será dedicado à prática do ecoturismo no Brasil e seus desdobramentos, tendo claro que “as práticas e instituições que se pretendem portadoras da sustentabilidade são ficções sociais” (ACSELRAD, 2001, p. 31).

4. TURISMO E ECOTURISMO NO BRASIL

Neste segmento do trabalho, serão apresentadas várias informações referentes ao turismo coletadas junto a EMBRATUR, pois este órgão possui destaque no Brasil em tudo que se relaciona ao desenvolvimento e à prática desta atividade. Além disso, contar-se-á com a contribuição de Hilsdorf (2003), que resgata informações divulgadas pela OMT e pelo WTTC (*World Travel and Tourism Council*).

Segundo dados da OMT, o turismo movimenta mais de US\$ 3,5 trilhões anualmente, bem como é considerado por vários órgãos de pesquisas como um dos ramos da atividade comercial que mais cresce no mundo. Calcula-se que mais de 180 milhões de pessoas vivem direta ou indiretamente desta atividade (HILSDORF, 2003).

Não é de admirar que o turismo seja considerado um setor estratégico para geração de renda e emprego no país, já que a EMBRATUR (2002) afirma que, em 1998, a indústria mundial do turismo respondeu pelo ingresso de divisas no valor de US\$ 439 bilhões, em decorrência de 625 milhões de chegadas de turistas, que geraram 260 milhões de empregos.

Ainda de acordo com a OMT e também com o WTTC, em 1998, houve a captação de 4,8 milhões de turistas estrangeiros, total que, em 1994, era inferior a 2 milhões. Os investimentos estrangeiros diretos na atividade turística chegaram à média anual de US\$ 6,04 bilhões e crescem a uma taxa média de 5% ao ano.

A vocação brasileira para o turismo é reconhecida pela EMBRATUR (2002), devido aos inúmeros atrativos de nosso país, desde praias e serras a acervos

naturais e culturais. Não obstante, considera imprescindível o planejamento para a devida exploração destes atrativos.

A partir de 1995, o Governo Federal passou a encarar a indústria do turismo como setor estratégico, frente às mudanças do sistema produtivo mundial na primeira metade da década de 90, decorrentes do processo de globalização da economia. Isto se deve ao reconhecimento da capacidade de geração de emprego e renda desta atividade, que impacta mais de cinquenta e dois segmentos da economia produtiva. Assim, a indústria do turismo teria se expandido significativamente nos últimos anos, movimentando, em 1998, 32,2 milhões de turistas domésticos, que em conseqüência geraram US\$ 13,2 bilhões em receitas diretas.

A comprovação disto é que o turismo no Brasil cresceu nos últimos anos em média 3,5% ao ano, crescimento muito mais elevado do que outros setores da economia nacional, o que significou uma contribuição de 7% para formação do Produto Nacional Bruto brasileiro no ano de 2000. Nesse mesmo ano, as exportações brasileiras foram da ordem de US\$ 55 bilhões, que, se comparadas às receitas obtidas através dos gastos diretos dos turistas estrangeiros, levam a uma participação relativa das mesmas num percentual aproximado de 10% naquele ano.

O Brasil encontra-se à frente, nos próximos dez anos, enquanto destino turístico devido ao aumento da procura pelo turismo baseado na preservação e conservação da natureza, além da valorização do patrimônio histórico e cultural. Isso implica em dizermos que o ecoturismo tem tido bastante procura e que o Brasil é um foco expressivo desta atividade no cenário mundial.

O objetivo apresentado pela EMBRATUR (2002) é fazer com que o Brasil figure entre os vinte primeiros destinos no turismo receptivo internacional, através da ação de mensuração e apresentação dos impactos econômicos decorrentes do avanço no setor turístico, passada aos gestores públicos e privados. Antes de se prosseguir na abordagem sobre a prática do ecoturismo no Brasil, tratar-se-á do desenvolvimento da prática do turismo.

4.1 TURISMO NO BRASIL

O desenvolvimento da prática turística no Brasil pode ser percebido através de programas de âmbito nacional que têm sido promovidos por órgãos governamentais. Deve-se atentar para o fato de que estes programas nacionais encontram-se em fase de reformulação pelo atual Governo. No entanto, serão apresentados alguns dos programas elaborados até meados de 2003, com o intuito de mostrar seus objetivos e conquistas.

Entre um dos fatores que propiciaram o ingresso da Região Nordeste no mapa do turismo internacional tem-se o “Programa Nacional da Municipalização do Turismo” (PNMT), como um mecanismo estratégico que garantiu a implementação de ações nas áreas de capacitação profissional, adequação da legislação, *marketing* e implantação de metodologia da gestão turística.

Este programa implicou no investimento, na última década, de mais de US\$ 8 bilhões no Nordeste em obras de infra-estrutura básica – o que contribuiu, inclusive, para um expressivo desenvolvimento do ecoturismo nesta região, como será visto mais adiante (ver Mapa 4.2.3).

Merece destaque também o montante de verbas reservado para o desenvolvimento do turismo pelo último governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1989-2002), cujo “Programa de Desenvolvimento Sustentado Avança Brasil” possuía no Plano Plurianual de Ação uma provisão de recursos superiores a R\$ 800 milhões para a EMBRATUR investir em programas e promoção do turismo.

Todavia, não se pode deixar de reconhecer que outros programas e investimentos governamentais voltados para outras áreas e setores contribuíram, ainda que de forma indireta, para o desenvolvimento da atividade, como os programas de desenvolvimento da infra-estrutura nacional de transportes, a despeito de seus impactos, como foi o caso do programa federal do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), “Brasil em Ação”. Programa que pensava o Brasil não enquanto território ou regiões, mas enquanto eixos nacionais. No caso do programa “Brasil em Ação”, o Ministério dos Transportes tinha por metas a melhoria das condições de navegabilidade dos principais rios do país, bem como melhorar o escoamento de bens e produtos. O objetivo deste programa tinha a intenção de interligar as hidrovias às rodovias, ferrovias, portos e

aeroportos, de modo a contribuir para a redução de distâncias, já que o Brasil possui 42.000 quilômetros de vias navegáveis. Em última análise, sem entrar no mérito destes projetos, uma vez que isto não integra os objetivos desta dissertação, se tais metas houvessem sido alcançadas plenamente, criariam condições para a ampliação e diversificação das atividades de turismo e ecoturismo no país.

O próprio Ministério dos Transportes destaca uma série de benefícios das hidrovias à atividade ecoturística, tais como: a) aumentar a acessibilidade a localizações isoladas, de rara beleza e biodiversidade preservada, com uma intervenção mínima; b) favorecer atividades de observação da fauna, bem como o mergulho em águas preservadas; c) a possibilidade de navegação de barcos de grande porte; d) a capacidade de tornar os rios navegáveis durante o ano inteiro; e) permitir a manutenção de programas permanentes de monitoramento para o controle da qualidade das águas. No entanto, há que se atentar para os possíveis riscos e impactos ambientais e sociais se tais atividades não forem conduzidas com um monitoramento eficiente e acompanhadas de uma educação ambiental não só dos usuários e dos agentes, mas também dos grupos sociais locais atingidos e/ou envolvidos.

Serão apresentados a seguir dois programas nacionais de turismo de destaque no país para caracterizar o papel estratégico que esta atividade vem assumindo na economia nacional. São eles: O “Programa de Desenvolvimento Sustentado Avança Brasil” e o “Programa Nacional de Municipalização do Turismo”.

a) Programa de Desenvolvimento Sustentado Avança Brasil

Serão expostas algumas das principais características do plano até o início de sua reformulação pelo atual Governo.

O “Programa Avança Brasil”, como era chamado, tinha entre suas metas voltadas para o turismo o objetivo de captar, até 2003, 6,5 milhões de turistas estrangeiros, e de expandir para 57 milhões de consumidores o fluxo do turismo doméstico com a geração de 500 mil novos empregos. A intenção deste Programa era privilegiar todas as macro-regiões do país, ao abranger as áreas de desenvolvimento, capacitação e *marketing* do produto turístico, com previsão de:

- financiar a estrutura turística e qualificar agentes de turismo nos municípios;

- realizar campanhas publicitárias para promoção do turismo regionalizado;
- criar roteiros regionais;
- promover eventos para divulgar o turismo interno e a imagem do Brasil no exterior.

Além disso, “o Programa Avança Brasil”, ao pretender promover o desenvolvimento sustentado por intermédio do turismo, estabeleceu projetos complementares com o intuito de criar empregos e reduzir as desigualdades sociais. Foram criados, neste sentido, programas específicos para as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul, com o objetivo de assegurar competitividade internacional ao produto turístico brasileiro; modelar produtos integrados, caracterizados pela multiplicidade de diferenciais, capazes de viabilizar o aumento do fluxo turístico, a taxa de permanência e os gastos dos turistas; e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nessas regiões.

Há que se reconhecer que houve de fato transformações significativas no desenvolvimento do turismo interno, todavia ainda se fazem esperar os resultados em termos da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Não se pode esquecer que muitas vezes o desenvolvimento de atividades turísticas e de ecoturismo em enclaves espaciais tendem a não promover o desenvolvimento local, como buscam argumentar os operadores e agentes turísticos.

Tem-se, neste sentido, a experiência dos *resorts* isolados, como são os Mediterraneé – em Itaparica (RJ), Mangaratiba (BA), Porto Frade (Angra dos Reis – RJ), Porto Galinhas (PE) e o mais recente entre eles na Costa do Saupé (BA), entre outros, em que os turistas são trasladados diretamente dos aeroportos para estas ilhas de lazer que buscam reproduzir o ar local – com a expulsão das populações originárias locais e a degradação de suas atividades de subsistência. Merece destaque o fato de que a atual Costa Verde do Rio de Janeiro, antes da abertura da BR-101 e de sua transformação em uma das mecas do turismo, era um dos maiores pólos pesqueiros de pesca artesanal nacional e a área com a maior produção de banana e amendoim do Estado do Rio de Janeiro (LIMONAD, 1996).

b) Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT

O “Programa Nacional de Municipalização do Turismo” foi desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR com o intuito de apoiar as funções gerenciais de planejamento, tomada de decisão e controle operacional de Órgãos da

Administração Pública Direta ou Indireta. Este Programa também deveria atuar diretamente no incentivo à prática da atividade ecoturística, uma vez que estava prevista a injeção de recursos da OMT, por intermédio do Banco do Brasil, destinados ao financiamento de empreendimentos privados direcionados para o desenvolvimento e implementação de atividades de ecoturismo.

De acordo com a EMBRATUR (2002), os objetivos deste programa seriam (os grifos são nossos):

1. fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política;
2. **conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico**, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural;
3. descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, e motivar os segmentos organizados do município a participar da formulação e da co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal;
4. disponibilizar aos municípios brasileiros com potencial turístico condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística;
5. **estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada**, visando ao **estabelecimento de parcerias** para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade.

Como visto no capítulo anterior, a problemática da sustentabilidade é controversa, bem como a preservação do patrimônio natural e cultural. Os itens 3) e 4) de certa forma procuram legitimar o programa ao nível das prefeituras com a cooptação dos prefeitos ao acenar-lhes com a possibilidade de “formulação e co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal” (item 3). Trata-se de fato, conforme fica explícito nos itens 2) e 5) de criar bases para o crescimento e expansão da atividade turística e não, necessariamente, de propiciar o desenvolvimento local. No caso da Costa do Sauípe, foi fartamente noticiado pelos órgãos da imprensa que os funcionários deveriam ser qualificados e versados em um ou dois idiomas estrangeiros, o que fez com que em sua maioria fossem recrutados em Salvador, capital da Bahia.

O primeiro passo para a implantação do PNMT era a inscrição dos municípios no Programa. Neste sentido, fazia-se necessário elaborar um Relatório de Informações Turísticas do município em pauta, que deveria ser submetido à análise e à avaliação da Embratur em relação ao potencial turístico do local. Uma vez aprovados, os municípios deveriam, em um ato subsequente, criar o Conselho Municipal de Turismo; elaborar o Plano Municipal de Turismo e criar o Fundo

Municipal de Turismo.

A inscrição no Programa, por si só, garantia ao município a possibilidade de obter o financiamento de projetos através de empréstimos da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e do Banco do Brasil. Além disso, o SEBRAE apoiaria o desenvolvimento da atividade turística através da oferta de cursos de capacitação profissional (ALMEIDA & CACCIA-BRAVA, 1997).

Caso o município desejasse implementar um “Plano Municipal de Ecoturismo”, o prefeito deveria determinar a área da administração que ficaria responsável, além de se preocupar em fornecer o respaldo técnico necessário com relação ao meio ambiente. Deveriam ser definidas, neste sentido: as áreas de visitação; o perfil da clientela turística; o objetivo das atividades e viagens oferecidas; a infraestrutura do entorno; a capacitação profissional dos agentes de turismo voltados para o atendimento da clientela.

Além disso, segundo Almeida e Caccia-Bava (1997), deve haver uma preocupação em planejar a divulgação de acordo com as condições do local, com o intuito de não gerar impactos negativos para o próprio município e para o meio ambiente - pois caso o município não consiga atender a todos que venham a procurá-lo, pode perder a garantia de retorno de muitos turistas.

No caso de práticas ligadas ao ecoturismo, o diferencial é uma maior preocupação com relação às restrições de visitação a locais de preservação do ambiente natural e cultural.

Em nível nacional, a Coordenação Geral do PNMT é exercida pela EMBRATUR e pelas instituições parceiras. Nos estados, representantes da unidade gestora da política de turismo e das instituições parceiras estaduais compõem os Comitês Estaduais do PNMT. Já nos municípios, existem os Conselhos Municipais de Turismo, com a responsabilidade de iniciarem e coordenarem o processo de elaboração do “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo”.

Segundo a EMBRATUR (2002), o PNMT, ao seguir a tendência de descentralização de informações e delegação de funções, teria desenvolvido este projeto de gestão que se propunha a um planejamento participativo em todo o país.

Todavia, muitas vezes as propostas de planejamento participativo consistem em um meio eficaz de controle social e legitimação de ações governamentais, à medida que um dos mais fortes ingredientes destas propostas, principalmente quando vindas de “cima para baixo”, é o próprio planejamento da participação no planejamento – em que já estão definidos *a priori* os parâmetros estratégicos da ação, cabendo aos grupos sociais envolvidos participarem para definir os passos táticos, sem que os objetivos e os meios sequer sejam postos em discussão (LIMONAD, 1984).

Torna-se patente, através de tais medidas, que a possibilidade de colocar os municípios no mapa turístico nacional converteu-se, em certa medida, em mais um meio de captação de verbas para as prefeituras municipais, uma vez que, em virtude da Reforma Tributária de 1966, as prefeituras, até esta data, contavam com um número reduzido de fontes de renda. A possibilidade de geração de atividades ligadas a serviços, por sua vez, poderia em última análise contribuir para aumentar a receita municipal direta e indiretamente. Se por um lado, houve um desenvolvimento da promoção do turismo em áreas e municípios quase desconhecidos – como Sete Lagoas e Ouro Branco em Minas Gerais, Três Rios e Paraíba do Sul no Rio de Janeiro, onde os pontos turísticos são reduzidos e a atividade turística secundária em relação a outras atividades dos municípios em pauta – por outro, não houve geração de empregos, nem de uma infra-estrutura turística, apesar de muitos destes municípios contarem agora com um Conselho Municipal de Turismo.

Pode-se concluir ainda que de maneira provisória muitas destas ações contribuíram não necessariamente para incrementar o desenvolvimento local e gerar empregos, notadamente nos municípios de pequeno e médio porte, mas para servir de uma fonte extra de recursos para fortalecer as deficitárias receitas municipais. Muitos destes municípios constroem um quiosque de informações turísticas em que são distribuídos folhetos informativos, sem, no entanto, oferecerem de fato uma infra-estrutura para a realização de atividades.

4.2. O ECOTURISMO NO BRASIL

As problemáticas ambiental e da sustentabilidade, conforme abordado no capítulo anterior, tendem a ser inseridas nas propostas de ecoturismo mais como um artifício para a promoção da atividade do que enquanto uma proposta de defesa, preservação e/ou conservação ambiental. Merece destaque também o fato das atividades de ecoturismo abarcarem, como visto, um amplo leque de atividades. Tratar-se-á, a seguir, da prática de ecoturismo no Brasil, com o intuito de procurar situá-la na discussão precedente, considerando o abordado no item anterior, onde foi visto que os programas governamentais existentes até o início de 2003, apesar de pleitearem o desenvolvimento sustentável, mostram claramente a que vieram.

Conforme visto no Capítulo 2, o conceito de ecoturismo como uma forma de turismo com viagens especializadas ligadas à natureza foi introduzido no Brasil no final dos anos 80, seguindo a tendência internacional. O termo “ecoturismo” surgiu oficialmente em 1985, mas apenas em 1987 foi criada a Comissão Técnica Nacional, constituída pelo IBAMA e a EMBRATUR, com vistas a ordenar e regulamentar as atividades neste campo (HILSDORF, 2003).

A EMBRATUR autorizou os primeiros cursos de guias de ecoturismo em 1989. No entanto, foi somente após a Eco 92²¹, que o termo ecoturismo começou a ser divulgado e promoveu um crescimento no número de destinos e agências que desejassem atrair turistas para tal atividade.

A EMBRATUR (2002) estima que mais de meio milhão de pessoas pratiquem o ecoturismo no Brasil, empregando cerca de trinta mil pessoas, através de, no mínimo, cinco mil empresas e instituições privadas.

A ECOBRASIL (2000), organização que participa de vários projetos de ecoturismo no Brasil desde 1996, aponta dois mercados distintos de ecoturismo: o nacional e o internacional, sendo o primeiro bem maior em número de turistas que o segundo. Segundo essa organização, existem centenas de agências brasileiras que promovem ecoturismo, cujos clientes possuem o seguinte perfil: jovem, solteiro,

²¹ Eco 92: Earth Global Summit realizado em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil.

com médio poder de compra, com viagens programadas em feriados prolongados e férias, estando muitas vezes em grupos. Destaca ainda a procura pela Mata Atlântica, como um dos destinos mais populares.

Dentre os principais destinos ecoturísticos, a EMBRATUR (2002) destaca: Bonito (MS), Chapada Diamantina (BA), Chapada dos Guimarães (MT), Chapada dos Veadeiros (GO), região de Manaus (AM), Fernando de Noronha (PE), Lagamar (SP), litoral sul da Bahia, Pantanal (MS/MT), Serra Gaúcha (RS), Serra do Mar (SP), Vale do Ribeira (SP) e diversas regiões do litoral nordestino. Esses destinos abarcam todos os biomas nacionais, que são constituídos pelas regiões da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, do Cerrado, do Pantanal, da Caatinga e ainda 8.500 quilômetros de litoral.

Esse órgão afirma ainda que apenas 2,2% das áreas naturais encontram-se legalmente protegidas, sendo indevida a maneira como são explorados os recursos oferecidos por estas áreas, sem que haja de fato uma preocupação e um controle ambiental efetivos.

As áreas naturais são legalmente protegidas através da criação de Parques Nacionais e Unidades de Conservação (UCs), que atendem à demanda ecoturística. Além destes, em 1993, foi criado um “mecanismo de Reservas Particulares de Proteção à Natureza (RPPN), pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, e IBAMA, segundo o qual proprietários podem oferecer à conservação seus terrenos, recebendo em troca incentivos fiscais e tratamento prioritário em projetos de desenvolvimento sustentável” (LINDBERG & HAWKINS, 1995, p. 27).

De acordo com a EMBRATUR (2002), os 2,2% de áreas naturais protegidas legalmente constituem em sua grande maioria Unidades de Conservação (UCs). O conceito de Unidades de Conservação estaria fundamentado originalmente na idéia de “áreas naturais protegidas, ou seja, áreas intocadas e intocáveis, criadas inicialmente para contemplação”, com base no Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos. No entanto, na atualidade, ainda segundo este órgão

[...] o grau de importância sobre a existência das UCs, extrapola a questão de beleza cênica a ser preservada; a proteção dos ecossistemas, da fauna e da flora de uma área natural, são encarados até mesmo como necessidade vital à nossa sobrevivência nesse planeta.

Neste sentido, a EMBRATUR incorpora a idéia de preservação ambiental enquanto “capital natural” a ser preservado para as gerações futuras.

Com o crescimento da prática de ecoturismo no país, a EMBRATUR tem valorizado a atividade mediante publicações, como o documento chamado “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, lançado em 1995, e também através da criação de programas e projetos, tais como o “Programa Nacional de Ecoturismo” e o “Programa Nacional de Desenvolvimento de Pólos Ecoturísticos” (PNDPE), este último, com o apoio da TAM e do IEB²², os quais serão tratados a seguir.

Em 1994, durante o governo do Presidente Itamar Franco, a EMBRATUR lançou o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” que propunha: uma regulamentação da atividade através de uma ação articulada das três esferas de poder com um intercâmbio de dados, informações e experiências entre o setor público e privado; além da formação de recursos humanos, controle de qualidade, implantação de infra-estrutura e “incentivo à participação comunitária, para que as populações envolvidas percebam no ecoturismo uma alternativa econômica viável”.

O “Programa Nacional de Ecoturismo”, por sua vez foi um resultado da ação conjunta entre a EMBRATUR e o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia e do IBAMA. A finalidade deste programa era implementar as diretrizes traçadas para uma Política Nacional de Ecoturismo.

De acordo com a EMBRATUR (2002), os objetivos principais do programa, baseados nos pontos mais importantes do documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, seriam: buscar “compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais”; bem como, em consonância com o anterior, manter-se a articulação entre as três esferas de poder e outros parâmetros; e, além disso, é introduzida a proposta de “promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental”.

²² O Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), desde novembro de 1995, é uma entidade nacional dos profissionais que atuam na atividade ecoturística.

O “Programa Nacional de Ecoturismo”, lançado em 1995, segundo a EMBRATUR (2002), iniciou sua atuação com a formação de um Grupo Técnico de Coordenação - GTC-Amazônia, que foi responsável pela implantação de um projeto-piloto na Região da Amazônia Legal, compreendida pelos estados de Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso, onde foram definidos nove pólos de ecoturismo, um em cada estado, a serem implementados através de um programa de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), especialmente constituído para este fim: o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR).

Além disso, como resultado deste programa, a EMBRATUR (2002) apresentou a qualificação de cerca de duas mil pessoas para o planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos e o lançamento do "Manual Indígena de Ecoturismo", realizado pelo GTC-Amazônia e Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia. Este documento propunha princípios e procedimentos para uma visitação ordenada em terras indígenas e resultou do trabalho de índios, antropólogos, indigenistas e especialistas em ecoturismo.

Outras regiões do país também receberam apoio para o desenvolvimento de projetos ecoturísticos específicos, com destaque para: a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, implementado pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo; o Pólo Ecoturístico do Sertão Central do Ceará, implementado pela Secretaria do Turismo do Estado do Ceará; a capacitação de técnicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, executado pela Fundação Museu do Homem Americano; e o Pólo Ecoturístico do Lagamar, implementado pela Fundação SOS-Mata Atlântica. É interessante notar que, nestes casos, com exceção de Lagamar, as iniciativas concentraram-se em áreas caracterizadas pela pobreza e falta de dinamismo econômico.

Em 1996, associado ao “Programa Nacional de Ecoturismo” temos a implantação do “Programa Nacional de Desenvolvimento de Pólos Ecoturísticos” (PNDPE), voltado para a identificação das localidades brasileiras onde ocorre o ecoturismo. Este programa começou a ser implantado e administrado pelo IBAMA, abrangendo todo o território nacional.

De acordo com Costa (2002, p. 33), este programa promoveu o levantamento das características, potencialidades e das condições de infraestrutura em locais onde o ecoturismo se mostrava como nova alternativa de desenvolvimento. Este programa identificou noventa e seis pólos ecoturísticos conforme a Tabela 4.2.3a, que pode ser acompanhada pelo Mapa 4.2.3 apresentado em seguida.

Tabela 4.2.3 a – Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil -2001²³

NORTE		
Roraima	RR 1	Turístico Norte de Roraima
Amapá	AP 1	Amapá
Amazonas	AM 1	Amazonas
Pará	PA 1	Tapajós
Acre	AC 1	Vale do Acre
Rondônia	RO 1	Vale Guaporé
Tocantins	TO 1	Ecoturístico do Cantão
CENTRO-OESTE		
Mato Grosso do Sul	MS 1	Pantanal Sul
	MS 2	Serra Bodoquena
Goiás	GO 1	Chapada dos Veadeiros
	GO 2	Pirinópolis
	GO 3	Parque das Emas
Mato Grosso	MT 1	Pantanal Norte
	MT 2	Chapada dos Guimarães
	MT 3	Amazônia Matogrossense
SUL		
Paraná	PR 1	Paraguá/Graciosa
	PR 2	Campos Gerais
	PR 3	Costa Oeste
Santa Catarina	SC 1	Alto Vale do Itajaí
	SC 2	Ilha de Santa Catarina
	SC 3	Planalto Serrano
Rio Grande do Sul	RS 1	Serra Gaúcha
	RS 2	Região Central
SUDESTE		
Minas Gerais	MG 1	Grutas Serras e Diamantes
	MG 2	Zona da Mata
	MG 3	Circuito do Ouro
	MG 4	Terras Altas da Mantiqueira
	MG 5	Canastra
	MG 6	Caminhos do Cerrado
Espírito Santo	ES 1	Itaúnas
	ES 2	Delta do Rio doce
	ES 3	Passos de Anchieta
	ES 4	Serras Capixabas
	ES 5	Serra do Caparaó
Rio de Janeiro	RJ 1	Costa Verde
	RJ 2	Região de Itatiaia
	RJ 3	Rio/Niterói
	RJ 4	Região Serrana
	RJ 5	Região dos Lagos
	RJ 6	Costa Doce
	RJ 7	Vale do Paraíba

²³ Outros pólos existem, porém ainda não foram catalogados.

São Paulo	SP 1	Alto Paranapanema
	SP 2	Serras Paulistas
	SP 3	Região das Cuestas
	SP 4	Vale do Ribeira do Iguape
	SP 5	Vale do Paraíba do Sul
	SP 6	Mantiqueira
	SP 7	Litoral Paulista
	SP 8	Grandes Lagos
NORDESTE		
Maranhão	MA 1	Reentrâncias Maranhenses
	MA 2	Patrimônio Histórico-Cultural
	MA 3	Lençóis Maranhenses
	MA 4	Delta do Paraíba Maranhense
	MA 5	Chapadas
Piauí	PI 1	Parque Nacional da Serra da Capivara
	PI 2	Parque Nacional Sete Cidades
	PI 3	Delta do Parnaíba
Ceará	CE 1	Vale Monumental do Ceará
	CE 2	Serra do Baturité
	CE 3	Cariri
	CE 4	Ibiapaba
	CE 5	Litoral Oeste Cearense
	CE 6	Litoral Leste Cearense
Rio Grande do Norte	RN 1	Litoral Leste Português
	RN 2	Litoral Norte Português
	RN 3	Serras do Sul
	RN 4	Cabugi
	RN 5	Seridó
	RN 6	Serras do Sudoeste
Paraíba	PB 1	João Pessoa
	PB 2	Litoral Norte Paraibano
	PB 3	Serra da Borborema
	PB 4	Sertão Paraibano
Pernambuco	PE 1	Fernando de Noronha
	PE 2	Litoral Norte Pernambuco
	PE 3	Litoral Sul Pernambuco
	PE 4	Buique
	PE 5	São Benedito do Sul
	PE 6	Afogados da Ingazeira
	PE 7	Bacia do São Francisco
Alagoas	AL 1	Litoral Norte Alagoano
	AL 2	Zona da Mata Alagoana
	AL 3	Sertão Alagoano
	AL 4	Baixo São Francisco
Sergipe	SE 1	Sertão Sergipano de São Francisco
	SE 2	Própria
	SE 3	Cotinguiba
	SE 4	Agreste de Itabaiana
	SE 5	Litoral Sul Sergipano
Bahia	BA 1	Chapada Diamantina
	BA 2	Costa dos Coqueiros
	BA 3	Baía de Todos os Santos
	BA 4	Costa do Dendê
	BA 5	Costa do Cacao
	BA 6	Costa do Descobrimento
	BA 7	Costa das Baleias

Fonte: COSTA, Patrícia C. **Ecoturismo**. São Paulo: Editora ALEPH, 2002 (Coleção ABC do Turismo), p. 34-37.

O Mapa do Ecoturismo

Os 96 pólos recenseados em todo o Brasil



Fonte: Revista Viagem. *O Mapa do Ecoturismo - Os 96 pólos recenseados em todo o Brasil*. São Paulo: Editora Abril, Edição 80-A, junho de 2002, p. 6.
 Desenho: Maria Augusta Alves Cabral de Lacerda.

A tabela 4.2.3b mostra a distribuição dos noventa e seis pólos ecoturísticos definidos pelo PNDPE, por região do país.

Tabela 4.2.3b – Distribuição regional dos pólos de ecoturismo

Região	Pólos de ecoturismo	
	Nºs absolutos	Nºs relativos (%)
Norte	7	7,3
Nordeste	47	49
Centro-Oeste	8	8,3
Sudeste	26	27,1
Sul	8	8,3
Brasil	96	100

Elaborada por ARAUJO, C.V.F., com base nos dados de COSTA, 2002.

A análise das tabelas e do mapa apresentados aponta claramente para uma concentração destes pólos na Região Nordeste, com quase 50% em relação ao total de pólos de todo o país, seguida pela Região Sudeste, com 27,1%, e todo o litoral brasileiro, distribuídos de Norte ao Sul do país. Pode-se destacar a escassez de pólos na Região Norte e Centro-Oeste do país, que juntas concentram mais de 50% da área do território nacional.

Há que se ressaltar os inúmeros investimentos realizados nestas localidades, tal como visto anteriormente, por parte de governos e da iniciativa privada, em obras de infra-estrutura necessária à recepção de turistas, em programas de capacitação profissional, na adequação da legislação, na implementação de material de divulgação, na promoção de reformas e construções de aeroportos e no crescimento de redes de hotéis e de serviços ligados ao turismo. Esses investimentos foram feitos especialmente na Região Nordeste, como visto ao se tratar do PNMT, com investimentos da ordem de US\$ 8 bilhões em obras de infra-estrutura básica, justificando a expressividade da prática de ecoturismo nesta região.

As regiões Norte e Centro-Oeste, apesar de concentrarem mais de 50% do território nacional, respondem por uma participação ao redor de 15% nos pólos de ecoturismo existentes. Ao se analisar estas duas regiões à luz dos tipos de oferta ecoturística de carácter representativo em termos mundiais, propostos por Bozzano (apud COSTA, 2002, p. 41-42), na Tabela 4.2.3c, fica patente o potencial inexplorado em termos do ecoturismo nestas duas regiões.

Tabela 4.2.3c – Caracterização da Oferta Ecoturística por Ecotemas

ECOTEMAS	AMBIENTES	SIGNIFICAÇÃO
Paisagem e ecossistemas de montanha, glaciares, vulcanismo.	Áreas de montanha, vulcões, altiplanos.	Valorização paisagística, conhecimentos de fenômenos geológicos e formas de vida.
Biodiversidade, ecossistemas, fauna e flora.	Áreas de selva, bosques, manguezais, alagados e uma gama variada de ecossistemas.	Interpretação de interrelações e processos dos ecossistemas, espécies de flora e fauna relevantes.
Espeleologia.	Cavernas, grutas.	Formações geológicas, elementos singulares, usos antrópicos, traços culturais, biota.
Biota e paisagens marinhas, avifauna, flora e geologia.	Zonas marinho-costeiras.	Caracterização de paisagens, formações geológicas e biota associada.
Insularidade, geomorfologia, fragilidade, adaptação.	Ambientes insulares, arquipélagos.	Caráter de isolamento, análise de processos de evolução e diferenciação de unicidade e endemismo de espécies, intervenção antrópica.
Manejo da água, hidrologia, conservação de nascentes.	Áreas lacustres, quedas d'água e rotas fluviais.	Contemplação da paisagem, valores de produção, uso e conservação dos recursos hídricos. Obras humanas e usos.
Termalismo.	Fontes termais, balneários, mananciais e águas minerais.	Propriedades medicinais e de recuperação na natureza. Interesse por lugares e práticas tradicionais, banhos rituais.
Interação entorno cultural-ambiente natural.	Áreas culturais históricas, centros e monumentos, zonas arqueológicas, entornos naturais e urbanos.	Valores testemunhais, singularidade e diferenciação histórico-cultural relevante, ecologia humana.
Etnografia, integração ecocultural.	Territórios indígenas, comunidades tradicionais, assentamentos.	Identidade cultural, adaptação ao meio, entornos naturais modificados por práticas tradicionais, convivência cultural.
Agronaturalismo.	Espaços rurais, paisagem cultural ou adaptada.	Produção sustentável, cultivos agroecológicos, processos de recuperação de solos, reflorestamento, agroreflorestamento.

Fonte: COSTA, Patrícia C. **Ecoturismo**. São Paulo: Editora ALEPH, 2002 (Coleção ABC do Turismo), p. 41-42.

Esta tabela mostra a grande variedade de ofertas ecoturísticas em razão das particularidades dos ecossistemas e dos recursos das áreas visitadas. Ao se observar os ecotemas abordados, pode-se inferir que o Brasil se encaixa em todos

eles, já que pode oferecer praticamente todos os ambientes correspondentes, fato que comprova a potencialidade do país para a prática ecoturística.

No entanto, como visto nos capítulos anteriores, a implementação das atividades relativas ao ecoturismo requer inúmeros cuidados, pois o limite entre a atividade converter-se de prática educativa e de conservação em prática predatória é muito tênue, como é o caso da visita das dunas de Natal (Rio Grande do Norte) ou da deterioração de manguezais e de cobertura vegetal superficial em ecossistemas frágeis como as dunas da Ilha de Santa Catarina. E para não ficar apenas no Brasil, tem-se as escaladas e caminhadas com sapatos de gelo com pregos nas geleiras da Patagônia Argentina, da contaminação ambiental dos lagos andinos em virtude das excursões lacustres, entre outros.

Parece que o “gozo” da natureza, ainda que contido sob determinados parâmetros, não deixa de implicar em um certo grau de degradação ambiental. A questão que se coloca é como implementar tais atividades, que não deixarão de existir, uma vez que há uma clientela para isso, de uma forma em que se minimizem os impactos ambientais e se propicie o desenvolvimento local.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO - ECOTURISMO ENTRE O IDEAL E O REAL

Tornou-se patente, ao longo deste trabalho, que há uma ampla distância entre as proposições oficiais relativas à prática do ecoturismo e seu desenvolvimento enquanto uma atividade passível de contribuir para a conservação ambiental e cultural e a geração de empregos.

Em primeiro lugar, a concentração das atividades de ecoturismo, conforme visto no Capítulo 4, ocorre em áreas de ocupação mais antiga e/ou mais urbanizadas do país, o que vai ao encontro de uma das principais características do turismo de massa, enquanto um fenômeno característico da modernidade, ligado intrinsecamente ao capitalismo industrial e ao processo de urbanização conseqüente deste, conforme abordado no Capítulo 2.

Em segundo lugar, parece que a prática do turismo e, por conseguinte, do ecoturismo converteram-se em uma necessidade social, a partir da massificação destas atividades, produto da sociedade capitalista que transforma até mesmo o tempo livre do trabalhador em tempo de consumo. Haja vista o surgimento do turista virtual, segundo Lash & Urry (1998).

E, finalmente, conforme visto no Capítulo 2, o desenvolvimento da atividade em si acaba por acirrar o que se poderia chamar de consumo dos lugares e localizações – o ponto culminante de uma localidade, os acidentes geográficos incomuns (como geleiras, *canyons* ou chapadas).

A abrangência das definições de turismo e ecoturismo, de acordo com o que foi visto nos Capítulos 2 e 4, permite entender que todo e qualquer deslocamento

não remunerado, tais como visita a familiares residentes em outra localidade, visita a instituições de ensino e pesquisa para coleta de dados, levantamentos de dados para fins científicos, viagem para assistir cerimônias de casamento ou funerais, entre outros, poderiam ser classificados como atividades de turismo e, dependendo da abordagem, poderiam inclusive ser vistos como atividades de ecoturismo. A generalidade desta definição, por si só, aponta para a necessidade de buscarmos uma definição mais precisa.

De fato, transita-se entre o ideal, proposto pelas formulações oficiais e dos organismos ligados à atividade com fins mercadológicos, e o real da execução e realização das práticas, em que a excursão lacustre é muitas vezes viabilizada por um barco com motor a diesel, em que os sons e ruídos produzidos chegam inclusive a afetar a “vida natural” que se pretende observar, sem falar na poluição gerada pelo próprio barco.

Por outra parte, há também uma idealização em termos da geração de empregos e desenvolvimento local, como visto no capítulo anterior, à medida que a implementação destas atividades, ao menos da forma com que vem sendo conduzida, tem contribuído mais para as receitas municipais deficitárias do que para a melhoria das condições de vida das populações envolvidas, através da geração de empregos. O que se pode perceber é a multiplicação, no caso principalmente do Nordeste, de guias turísticos menores de idade, com um salário irrisório, ao invés da formação de pessoal qualificado voltado para a implementação da atividade.

Não se pode esquecer, conforme dissertado no Capítulo 2, do fato de que o turismo e o ecoturismo são práticas que envolvem uma mobilidade geográfica e pressupõem um consumo por parte de seus praticantes, o que não deixa de proporcionar lucro aos que os promovem, suportam ou implementam.

Ficou claro que, através do processo de turistificação dos lugares (FRATUCCI, 2000) ou de (re)criação do espaço (MARTINS, 2001), ocorre a introdução de novos usos e valores sociais e espaciais no ambiente, o que pode promover o fim de manifestações culturais locais. No entanto, acredita-se que isto é inevitável e faz parte do próprio processo de globalização e do progresso técnico-científico a que todos estamos sujeitos. Portanto, não se pode imaginar que a prática ecoturística não interfira no ambiente em que se desenvolver.

Diversos debates existem acerca do que vem a ser um ambiente natural. Neste sentido, não se acredita que exista um ambiente natural intocado pelo homem, especialmente porque nos dias atuais discute-se, por exemplo, a responsabilidade das mudanças climáticas que vêm ocorrendo em todo o planeta. Se comprovada a interferência humana neste caso, como pode-se dizer que existe, no globo terrestre, algum local intocado, já que as mudanças climáticas são capazes de afetar a tudo e a todos? Sendo assim, prefere-se considerar que o ecoturismo é uma atividade ligada basicamente a um ambiente em que se tenha contato com animais, plantas, cursos d'água e tudo que venha a se relacionar à natureza, mesmo que possua alguma interferência humana evidente, porém reduzida.

Observa-se que, pelo fato do ecoturismo estar sempre relacionado ao ambiente natural, como uma forma de usufruí-lo sem degradá-lo, muitas empresas promotoras de viagens usam o termo ecoturismo para atrair seus clientes e, no entanto, promovem atividades que degradam a natureza, sem se preocuparem com os riscos ambientais que possam vir a causar. Há, portanto, uma preocupação econômica que suplanta a preocupação ambiental.

Todavia, não parece plausível descartar a atividade de ecoturismo enquanto um meio de contribuir para o desenvolvimento local e para a preservação ambiental. Caberiam, contudo, algumas mudanças e delimitações em certas conceituações e práticas, que permitam um melhor direcionamento e controle desta atividade.

A idéia de participação no processo de formulação e elaboração de uma política local de turismo/ecoturismo deveria partir de proposições e do engajamento dos grupos sociais atingidos e/ou envolvidos e não de “cima para baixo”, como usualmente é feito. Neste sentido, o Conselho Municipal de Turismo poderia converter-se em um fórum dos trabalhadores e de empresas envolvidas no desenvolvimento do turismo em uma dada localidade. Pois, como já afirmado antes, a população só toma como seu patrimônio aquilo em que tiver participação ativa, direta. Portanto, a participação social no processo de instalação e desenvolvimento da atividade ecoturística é imprescindível.

Neste sentido, parece que Acselrad e Leroy (1999, p. 47) apontam a direção a ser seguida ao chamar a atenção para o fato de que, “frente à concentração de

poder sobre os recursos naturais e o meio ambiente”, deve-se construir “um caminho que considere a diversidade”, de modo a permitir a afirmação “de diferentes formas culturais de relação com a natureza, diferentes estratégias e propostas para o futuro”.

Seguindo essa linha de raciocínio, tem-se que à medida que se define um território como espaço de realização da sociedade, de acordo com a identificação de suas potencialidades, com o reconhecimento das habilidades e experiência histórica que acumularam, os sujeitos sociais acabam se firmando enquanto cidadãos.

Neste contexto, parece que apenas uma luta democrática, onde todos sejam agentes com possibilidade de influência, onde o meio ambiente apareça primeiro como um bem público, subordinando sua exploração e a dos recursos naturais às necessidades básicas da população, ou seja, apenas uma luta por justiça social pode apontar para um “Brasil Sustentável e Democrático” (ACSELRAD & LEROY, 1999, p. 51).

Bonduki (1996, p. 29), por sua vez, chama a atenção para o fato de que na área urbanizada do Brasil, há uma população cuja realidade sócio-ambiental está marcada pela exclusão, pela falta de informação, de educação sanitária e ambiental. Esse quadro ambiental de degradação, decorrente da urbanização acelerada, das atividades econômicas desenvolvidas no espaço, dos processos de conurbação e da tecnologia utilizada pelas indústrias, advém de um desenvolvimento pautado no uso predatório dos recursos naturais. Parece, enfim, que a prática do ecoturismo não pode estar descolada nem das questões relativas à justiça ambiental, como visto no Capítulo 3, nem das questões relativas à justiça social.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ano I, n. 1, 1999.

ACSELRAD, Henri & LEROY, Jean-Pierre. **Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999. (Série Cadernos de Debate do Brasil Sustentável e Democrático, n. 1).

ALMEIDA, M. A. & CACCIA-BAVA, E. Ecoturismo. **Dicas Pólis-Ildesfes**: Idéias para a Ação Municipal. Desenvolvimento Social. São Paulo, n. 82, 1997.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: Fundamentos e dimensões. São Paulo: Editora Ática, 1992.

ARAÚJO, Carla Valéria Freitas de. **Ecoturismo em Itaipuaçu**: Uma forma de Preservação Ambiental aliada ao Desenvolvimento Sustentável. 2000. 55 f.(A3) Monografia. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Curso da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro.

BINSZTOK, Jacob. Principais Vertentes (Escolas) da (Des)ordem Ambiental. **Território, territórios**. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Secção Niterói, 2002.

BONDUKI, Nabil. **Habitat II**: As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BRÜSEKE, Franz Josef. A crítica da técnica moderna. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, UFRRJ, n. 10, abr. de 1998.

CASTELLS, Manuel. O 'verdejar' do ser: o movimento ambientalista. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL. Niterói, UFF, Set. 2001. **Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. [Recebida por e-mail em 12 dez. 2001]

CORRÊA, R. Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. **Geografia Conceitos e**

- Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, Patrícia Côrtes. **Ecoturismo**. São Paulo: Editora Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo)
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.
- DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel, 1994.
- EMBRATUR. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>> Acesso em: 13 set. 2002.
- EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: Embratur, 1994.
- FRATUCCI, Aguinaldo César. **O Ordenamento Territorial da Atividade Turística no Estado do Rio de Janeiro**: Processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo. 2000. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Curso de Mestrado do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense – UFF.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A Territorialidade Seringueira. **Revista Geographia**, Niterói/RJ, UFF/EGG, ano 1, n 2, 1999, p. 67-88.
- HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford & Cambridge: BLACKWELL, 1996.
- HILSDORF, L. V. **Ecoturismo**. Disponível em: <<http://www.ultimaarcadenoe.com.br>>. Acesso em: 16 jan. 2003.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1989.
- LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Kairós, 1978.
- LASH, Scott & URRY, John. **Economías de signos y spacio. Sobre el capitalismo de la posorganización**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1998.
- LEFÈBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFÈBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford & Cambridge: Blackwell, 1991.
- LEMOS, A. I. G. de. **Turismo. Impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LEMOS, Haroldo Mattos. **A Evolução da Questão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2003.
- LIMONAD, Ester. **Os Lugares da Urbanização**. Tese. (Doutorado) Universidade de

São Paulo – USP, São Paulo.

LIMONAD, Ester. **A trajetória da participação social**: sua elaboração teórica e apropriação prática. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Rio de Janeiro - COPPE – UFRJ, Rio de Janeiro.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **Revista Geographia**, Niterói/RJ, UFF/EGG, ano 1, n. 1, 1999, p. 71-91.

LIMONAD, Ester. Urbanização e Natureza. In: Ferreira, Yoshiya Nakagawara. (Org.) **Construção do saber urbano-ambiental**:– a caminho da interdisciplinaridade. 1. ed. Londrina: v. I, 2003, p. 20-46.

LIMONAD, Ester. AESOP-ACSP 2003a.

LIMONAD, Ester & RANDOLPH, Rainer. Cidade e Lugar: sua representação e apropriação ideológica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Salvador, v. 1, n. 5, ano III, 2001.

LINDBERG, Kreg & HAWKINS, Donald E. (Ed.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC São Paulo, 1995.

MARTINS, Ângela. Algumas Considerações Entre a Atividade Turística e as Cidades. MARTINS, Ângela (Org.). **Espaço Turístico**: qualidade e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Booklink, 2001.

MARTINS, Ângela. Turismo Realmente Sustentável: Um Conceito A Desenvolver. MARTINS, Ângela (Org.). **Espaço Turístico**: qualidade e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Booklink, 2001.

MICT/MMA – **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: MICT/MMA – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, mar. de 1995.

MONTE MÓR, R. L. M. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento. Um Olhar Ambiental. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec – ANPUR, 1994, p. 169-181.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. **Revista Geographia**, Revista de Pós-Graduação da UFF, Niterói/RJ, UFF/EGG, ano III, n. 5, 2001.

NARANJO, Florencio Zoido. Geografía y ordenación del territorio. Universidad de Sevilla. Monografía. **Nuevas fronteras de los contenidos geográficos**, [19--].

NEIMAN, Zysman. **Era verde?** Ecossistemas brasileiros ameaçados. São Paulo: Atual, 1989.

NIEFER, I. A. & GARZEL LEODORO DA SILVA, J. C. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. **Cadernos da Biodiversidade**, Curitiba, v. 2, n. 1,

jul. 1999, p. 53-61.

OEA. **Estúdio de la demanda turística para la Region Amazônica**. Washington: OEA -Departamento de Desarrollo Regional y Meio Ambiente, 1990.

REVISTA GALILEU. **Escritório sem paredes**: Ecoturismo atrai pessoas de diferentes formações. São Paulo: Editora Globo, ano 12, ago. 2002, p. 74-75.

REVISTA Guia da internet.br, Rio de Janeiro, n. 21, fev. 1998.

REVISTA Viagem e Turismo. **O Mapa do Ecoturismo**: Os 96 pólos recenseados em todo o Brasil. São Paulo: Editora Abril, edição 80-A, jun. 2002, p. 6-7.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI**. [S.l.: s.n.], 1993, p. 37-38. In: QUINTAS, José Silva. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/online/artigos/artigo13.html>>. Acesso em: 21 mar. 2000.

SAHR, Wolf-Dietrich. O Desenvolvimento Sustentável: Uma palavra e as coisas. **Revista RA'EGA**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 2, 1998.

SEMA-SP. **Diretrizes para uma política estadual de Ecoturismo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM), Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da UNICAMP, [200-].

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, Marcos Aurélio T. da. Políticas de Desenvolvimento e Sustentabilidade: possibilidades e perspectivas com base no turismo. **Revista RA'EGA**. Curitiba, editora da UFPR, 1998, ano 2, n. 2, p. 43-65.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

7. ANEXOS

ANEXO I – Principais Modalidades e Destinos Turísticos – EMBRATUR (2002)

Principais modalidades

-Ar

Pára-quedismo, Sky-surf, Base jump, Asa-delta, Parapente - infla e decola, Balonismo, Ultraleve

-Terra

Espeleologia - exploração de cavernas, Excursionismo, caminhadas, trekking e hiking, Rallies - classe turismo, Bung jump, Rope swing - pêndulo c/ corda, Cavalgada, Orientação - caminhada, corrida, Canionismo - rapel, tirolesa, Montanhismo - escalada, caminhada, Ciclismo, Mountain bike – cicloturismo, Off-road - fora-de-estrada, Arborismo, Motocross, Sand board - prancha na areia.

-Água

Caiaque, Surfe, Mergulho, Vela, Acqua-rider, Bóia-cross, Rafting, Outrigger - canoa havaiana, Canoa, Windsurf, Morey-bug - body boarding.

Destinos Turísticos

-Sul

Parque Estadual Morumbi, Pau Oco, Gracioso, toda a AEIT
Campos Gerais-PR
Costa Oeste do Paraná
Represa Ribeirão Claro-PR
Guaraqueçaba, Ilha do Mel, Antonina, litoral-PR
Bombinhas-SC
Florianópolis-SC
Serra Gaúcha
Campanha Gaúcha

-Centro-Oeste

Buraco das Araras-GO
Pirinópolis-GO
Itiquira-GO
Bonito-MS
Jalapão

-Nordeste

Natal-RN
Xingó
Lençóis-BA
Ilhéus
Morro de São Paulo
Delta do Parnaíba-PI

-Norte

Manaus
Barcelos
Transamazônica
Serra do Navio

-Sudeste

Parati-RJ
Ilha Grande Ouro Preto
Carmo do Rio Claro
Araxá
Estrada Real
Serra do Espinhaço
Terras Altas da Mantiqueira
Diamantina
RPPN Caraça
Circuito das Águas-MG
Ibitipoca
Serra do Lenheiro-MG - São José/Carrancas
Brotas-SP
Juréia (Peruíbe)-SP
Bertioga-SP
Ubatuba-SP
Faixa litorânea - Juréia, Superágua
Ilha Bela-SP
São Sebastião-SP
Santos-SP
Vale do Contestado
Parque Estadual da Serra do Mar-SP
Parque Estadual da Serra da Cantareira-SP
Parque Estadual Ilha do Cardoso-SP
Parque Estadual Intervales/Petar-SP
Cabo Frio-RJ
Angra dos Reis-RJ

ANEXO II – Declaração de Ecoturismo de Quebec²⁴

Como parte do Ano Internacional do Ecoturismo, declarado pelas Nações Unidas, e sob a égide do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e da Organização Mundial do Turismo (WTO), mais de mil integrantes dos setores público e privado e de organizações não-governamentais provenientes de mais de 132 países participaram da Cúpula de Especialistas em Ecoturismo em Quebec, no Canadá. O evento aconteceu de 19 a 22 de maio de 2002 e teve como organizadores a Tourisme Québec e a Comissão Canadense de Turismo.

A série de 18 reuniões preparatórias realizadas em 2001 e 2002, que culminou com este encontro em Quebec, teve a participação de 3 mil representantes de governos nacionais e locais (incluindo técnicos de turismo e de meio ambiente), de agências de turismo, de organizações não-governamentais, de empresas de consultoria, de universidades e de comunidades locais e indígenas.

Este documento considera o processo preparatório, assim como as discussões realizadas durante a Cúpula. Embora seja o resultado de uma discussão de múltiplas partes interessadas, este não é um relatório oficial. A sua principal utilidade é registrar uma agenda preliminar e estabelecer uma série de recomendações para o crescimento das atividades de ecoturismo implementadas sob o contexto do desenvolvimento sustentável.

Para os propósitos deste ano internacional e conscientes da variedade de interpretações conferidas ao termo “ecoturismo” ao redor do mundo, as organizações comissionadas pelas Nações Unidas para levar adiante as atividades internacionais durante este ano concordaram que:

Ecoturismo inclui todas as formas de turismo com base na natureza em que a motivação principal dos turistas seja a observação ou apreciação da natureza, bem como das culturas tradicionais que prevalecem em áreas naturais. Ele inclui uma experiência de interpretação/aprendizado. Ele é geralmente, porém não exclusivamente, organizado para viajantes independentes e grupos pequenos, por empresas especializadas e pequenas, de propriedade local. Operadores estrangeiros de tamanhos variados também organizam, operam e/ou comercializam passeios ecoturísticos, geralmente para pequenos grupos.

Ele minimiza impactos negativos sobre o ambiente natural e sócio-cultural.

Ele auxilia na proteção de áreas naturais por gerar benefícios econômicos para as comunidades anfitriãs, organizações e autoridades locais, controlando áreas naturais com propósitos de conservação, promovendo oportunidades alternativas de emprego e renda para comunidades locais, aumentando a consciência acerca dos recursos naturais e culturais entre habitantes locais e turistas. A Conferência de Desenvolvimento Sustentável Rio+10 acontece em Johannesburgo, África do Sul, em agosto/setembro, como o espaço de discussão e de estabelecimento de políticas internacionais para o setor para os próximos 10 anos. Enfatizou-se que o turismo deve ser mundialmente visto como prioridade por sua potencial contribuição para a erradicação da pobreza e conservação dos ecossistemas ameaçados. Assim, os integrantes da Cúpula solicitam que as Nações Unidas, suas organizações e os representantes dos governos, que estiveram em Quebec, disseminem esta Declaração e os demais resultados deste evento durante a Rio+10.

Os participantes, cientes da limitação deste processo consultivo para incorporar sugestões e contribuições de uma grande variedade de interessados, particularmente de organizações não-governamentais e de comunidades indígenas e locais:

²⁴ Documento revisto e aprovado pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e pela Organização Mundial do Turismo em 10/06/2002 e traduzido pelo Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil. Disponível em: <[Http://www.superagui.net/cartaquebec2002.doc](http://www.superagui.net/cartaquebec2002.doc)>. Acesso em: Ago. 2002.

- reconhecem que o ecoturismo compreende em si os princípios do turismo sustentável considerando seus impactos econômico, social e ambiental. Ele também traz consigo os seguintes pontos:
 - contribui para a conservação das heranças naturais e culturais em seu planejamento, desenvolvimento e operações, inclui as comunidades locais e indígenas e contribui para seu bem-estar;
 - interpreta as heranças naturais e culturais para seus visitantes;
 - funciona de forma ideal para indivíduos e pequenos grupos organizados;
- reconhecem que o turismo tem significantes e complexas implicações sociais, econômicas e ambientais que podem trazer benefícios e custos para o meio ambiente e para as comunidades;
- levam em consideração o crescente interesse das pessoas em visitar áreas naturais;
- reconhecem que o ecoturismo tem tido papel primordial na introdução de práticas sustentáveis ao setor do turismo;
- enfatizam que o ecoturismo deve contribuir para que a indústria do turismo seja mais sustentável, elevando os benefícios econômicos para as comunidades anfitriãs, contribuindo ativamente para a conservação dos recursos naturais e integridade cultural das comunidades e conscientizando os turistas a respeito da importância das heranças naturais e humanas;
- reconhecem a diversidade cultural associada às áreas naturais, especialmente por causa da presença histórica das comunidades locais responsável pela manutenção dos conhecimentos tradicionais, usos e práticas sustentáveis trazidas ao longo dos séculos;
- reiteram que os fundos mundiais para a conservação e manutenção de áreas ricas culturalmente e em biodiversidade têm sido inadequados;
- reconhecem que o turismo sustentável pode ser uma importante fonte de receita para as áreas protegidas;
- enfatizam que muitas destas áreas são habitadas por populações rurais pobres que, com frequência, carecem de sistemas de saúde, educação, comunicação e de outras infra-estruturas necessárias para um desenvolvimento adequado;
- afirmam que diferentes formas de turismo, especialmente o ecoturismo, são valiosas oportunidades econômicas para as populações locais e, se realizadas de forma sustentável, podem contribuir de forma intensa para a conservação;
- reforçam que, quando mal planejada e desenvolvida, a atividade do turismo em áreas naturais e rurais contribui para o aumento da pobreza, deterioração das paisagens, erosão das culturas tradicionais, redução da qualidade e quantidade de água e constitui uma ameaça para a vida selvagem e biodiversidade;
- lembram que o ecoturismo deve reconhecer e respeitar os direitos à terra dos indígenas e das comunidades locais, incluindo suas áreas protegidas e sagradas;
- afirmam que, para a obtenção de reais benefícios sociais, econômicos e ambientais e para a prevenção de impactos negativos, é necessário que o ecoturismo e demais atividades turísticas tenham mecanismos participativos de planejamento permitindo que as populações locais e indígenas definam o uso de suas áreas e optem, se julgarem necessário, pela não adoção da prática;
- reconhecem a necessidade de se combater preconceitos de raça, sexo ou outras circunstâncias pessoais entre as pessoas com respeito ao seu envolvimento com o turismo como consumidoras ou fornecedoras/prestadoras de serviços;
- atribuem aos visitantes a responsabilidade de promover a sustentabilidade do destino e do meio ambiente em geral por meio da escolha de seus passeios e atividades e por

meio de seus comportamentos;

Com base nestas informações, os participantes da Cúpula de Quebec produziram uma série de recomendações para governos, setor privado, organizações não-governamentais, associações de base comunitária, instituições de ensino e pesquisa, agências financiadoras e de auxílio ao desenvolvimento e comunidades indígenas e locais, presentes abaixo.

A. Aos governos nacionais, regionais e locais

1. formular políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, regional e local que sejam compatíveis com os objetivos do desenvolvimento sustentável. É importante que isto seja conduzido por meio de um amplo processo de consulta àqueles que se envolverão ou que serão afetados pelas atividades de ecoturismo. Se possível, deve-se ampliar os princípios do ecoturismo às demais atividades do setor de turismo;

2. em conjunto com as comunidades locais, setor privado, ONGs e todas as partes interessadas, garantir a proteção da natureza, das culturas locais e especialmente do conhecimento tradicional, dos recursos genéticos, direito à terra e à água;

3. garantir o envolvimento e a participação apropriada de cada instituição pública em nível local, regional e nacional, incluindo o estabelecimento de grupos de trabalho interministeriais, quando necessário. Além disso, são necessários orçamentos adequados e legislações apropriadas que permitam a implementação dos objetivos e metas estabelecidos pelas partes interessadas; 4. incluir, em níveis nacional, local e regional, em seu plano de ação, mecanismos regulatórios e de monitoramento, além de indicadores de sustentabilidade aceitos pelas partes interessadas e estudos de impacto ambiental para prevenir ou minimizar a ocorrência de impactos negativos nas comunidades ou no meio ambiente. Os resultados dos monitoramentos devem estar à disposição do público, já que estas informações permitirão que os turistas escolham operadores que adotam princípios do ecoturismo;

5. desenvolver mecanismos de avaliação dos custos ambientais em todos os aspectos do produto de turismo, incluindo o transporte internacional;

6. desenvolver a capacidade de implementação de mecanismos de gestão do crescimento, como zoneamento, e de uso participatório do solo tanto em áreas protegidas como em seus entornos e em outras zonas de desenvolvimento do ecoturismo;

7. utilizar manuais de utilidade e eficiência consagradas para servir de base para processos de certificação, adoção de selos verdes e outras iniciativas voluntárias promovidas em nome da sustentabilidade do ecoturismo. É necessário encorajar os operadores a se unir a tais iniciativas e promover o seu reconhecimento por parte dos consumidores. Os sistemas de certificação da atividade, no entanto, devem sempre seguir critérios regionais, promover capacitações e fornecer apoio financeiro de forma a se tornarem acessíveis também aos pequenos e médios operadores. Uma série de critérios e métodos é necessária para que estes esquemas atinjam seu objetivo;

8. garantir o acesso ao desenvolvimento dos recursos técnicos, financeiros e humanos para micro, pequenas e médias operadoras, que são a base do ecoturismo, de forma a lhes garantir o estabelecimento, crescimento e desenvolvimento de uma maneira sustentável;

9. definir políticas apropriadas, planos de manejo e programas interpretativos para visitantes. Estabelecer mecanismos de identificação de fundos adequados para a gestão de áreas protegidas com acelerado crescimento de visitantes e proteção de ecossistemas vulneráveis. Estes planos devem incluir normas claras, estratégias de manejo direto e indireto e regras para uso de recursos de forma a garantir o monitoramento dos impactos sociais e ambientais para todos os empreendimentos de ecoturismo na área;

10. incluir as micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, assim como aquelas de base comunitária, na estratégia promocional e programas desenvolvidos pelas empresas nacionais de turismo, tanto no mercado nacional como internacional;

11. desenvolver redes regionais para a promoção e marketing de produtos de ecoturismo em nível nacional e internacional;
12. criar incentivos para que os operadores de turismo tornem suas atividades mais ambiental, social e culturalmente responsáveis;
13. garantir que alguns princípios ambientais e sanitários básicos sejam definidos e adotados para todos os empreendimentos de ecoturismo, mesmo para aqueles conduzidos em parques nacionais e áreas rurais. Isto deve incluir aspectos como a escolha de locais, planejamento, tratamento de lixo, proteção de córregos e riachos, entre outras coisas. Deve-se garantir ainda que as estratégias de desenvolvimento do ecoturismo sejam conduzidas sob uma forma que preveja investimentos em infra-estrutura sustentável e em capacitação das comunidades para que elas monitorem estes aspectos;
14. investir ou dar apoio a instituições que investem em programas de pesquisa em ecoturismo e turismo sustentável. Instituir estudos e pesquisas que levantem dados sobre fauna e flora, com atenção especial para espécies ameaçadas, como parte de um programa de levantamento de impactos para as atividades de ecoturismo;
15. apoiar o desenvolvimento de princípios internacionais, manuais e códigos de ética para o turismo sustentável fortalecendo as políticas nacionais e internacionais que utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável na atividade;
16. considerar como uma opção o remanejamento de áreas públicas de produção intensiva para a atividade do turismo combinada à conservação, quando esta mudança puder trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para as comunidades em questão;
17. promover e desenvolver programas educacionais para crianças e adolescentes para aumentar a consciência a respeito da importância da conservação da natureza e do uso sustentável, das culturas locais e indígenas e da sua relação com o ecoturismo;
18. promover a colaboração entre operadores de turismo, demais prestadores de serviços e ONGs para permitir a educação de turistas e influenciar seu comportamento nos destinos, especialmente em países em desenvolvimento;
18. incorporar os princípios de transporte sustentável no planejamento e implementação do turismo e promover locomoções de baixo impacto sempre que possível;

B. Ao Setor Privado

19. planejar, desenvolver e conduzir seus empreendimentos minimizando impactos e contribuindo para a conservação de ecossistemas sensíveis, do meio ambiente em geral, e levando benefícios às comunidades indígenas e locais;
20. ter em mente que, para ser sustentável, um empreendimento de ecoturismo precisa ser rentável às partes envolvidas, incluindo proprietários, investidores, gerentes e empregados, assim como às comunidades e às organizações de conservação presentes na área onde a atividade é desenvolvida;
21. garantir que a utilização de materiais, planejamento e operações incorporem os princípios da sustentabilidade, como conservação da água, energia e materiais;
22. adotar formas confiáveis de regulação voluntária, como selos verdes, de forma a demonstrar aos seus potenciais clientes o seu real compromisso com os princípios da sustentabilidade;
23. cooperar com organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com conservação de áreas protegidas e de biodiversidade, assegurando que suas práticas de ecoturismo sejam realizadas de acordo com planos de gestão e outras regulações para estas regiões. Desta forma, fica evidente que se preocupam em minimizar quaisquer impactos negativos garantindo a qualidade das experiências de turismo e contribuindo financeiramente para a conservação dos recursos naturais;
24. aumentar o uso de materiais, produtos, logística e recursos humanos locais em suas

operações, de forma a manter a autenticidade da atividade de ecoturismo e ampliar os benefícios financeiros ao destino. Para que isso seja possível, é necessário também que se invista no treinamento e na capacitação da mão-de-obra local;

25. trabalhar ativamente com lideranças indígenas para garantir que suas comunidades e culturas sejam tratadas com respeito e que seu quadro de funcionários e clientes seja bem informado a respeito das áreas indígenas, de seus costumes e história;

26. garantir que a cadeia de produtos e serviços que compõem a operação de ecoturismo seja sustentável e compatível com o nível de sustentabilidade exigido ou esperado pelo consumidor;

27. trabalhar ativamente com lideranças indígenas e com comunidades locais para garantir que elas sejam tratadas com respeito e que os turistas tenham informações a respeito delas;

28. promover entre seus clientes, os turistas, uma forma consciente de comportamento, dando-lhes a oportunidade de participar de experiências de educação ambiental e de conviver com pessoas de outras culturas. Além disso, contribuições voluntárias às comunidades locais e às atividades de conservação realizadas na região devem ser encorajadas;

29. gerar um nível de consciência entre funcionários por meio de aulas de educação ambiental e dar suporte ao trabalho que eles e suas famílias realizam em nome da conservação, de desenvolvimento econômico da comunidade e na redução da pobreza;

30. diversificar suas ofertas, desenvolvendo um leque de atividades turísticas e estendendo suas visitas a locais diversos, de forma a disseminar o potencial de ecoturismo destas regiões e evitar que um determinado local seja superexplorado e sua sustentabilidade colocada em perigo. Para tanto, as operadoras devem respeitar e contribuir para o estabelecimento de limites de visitas de cada local;

31. criar e desenvolver mecanismos de arrecadação de fundos para a manutenção de associações e cooperativas que podem fornecer treinamento e divulgação e desenvolver produtos e pesquisas;

32. formular e implementar políticas para sustentabilidade com uma visão para aplicá-las em cada parte da operação do turismo;

C. Às organizações não-governamentais, associações de base comunitária e instituições de ensino e pesquisa

33. fornecer apoio técnico, financeiro, educacional, capacitação e demais suportes aos destinos de ecoturismo, às suas organizações comunitárias, pequenos negócios e autoridades locais de forma a garantir a aplicação de políticas apropriadas, o desenvolvimento de planos de gestão e os mecanismos de monitoramento compatíveis com a sustentabilidade;

34. monitorar e conduzir estudos do impacto das atividades de ecoturismo nos ecossistemas, na biodiversidade e nas culturas indígenas locais;

35. cooperar com as organizações públicas e privadas garantindo que os dados e informações gerados com os estudos sejam utilizados na tomada de decisões durante o processo de desenvolvimento e gestão do ecoturismo;

36. cooperar com as instituições de pesquisa de forma a se encontrar as soluções mais práticas e adequadas para as questões relacionadas ao desenvolvimento do ecoturismo;

D. Às instituições internacionais de financiamento e agências de assistência ao desenvolvimento

39. planejar e acompanhar a implementação de políticas nacionais e locais de

desenvolvimento do ecoturismo e a avaliação de sua relação com a conservação, desenvolvimento socioeconômico, direitos humanos, redução da pobreza e outras questões ligadas ao desenvolvimento sustentável, além de intensificar a transferência destes conhecimentos para outros países. Uma atenção especial deve ser dada aos países em desenvolvimento e às ilhas e aos países montanhosos, já que 2002 foi estabelecido como o “Ano Internacional das Montanhas” pelas Nações Unidas;

40. promover capacitações em organizações locais, regionais e nacionais para a formulação e aplicação de políticas e planos de ecoturismo baseados em padrões internacionais consagrados;

41. desenvolver padrões mundiais e mecanismos para sistemas de certificação do ecoturismo que considerem empreendimentos de pequeno e médio portes e a eles facilite o seu acesso;

42. incorporar o diálogo entre as diversas partes interessadas nas políticas, manuais e projetos em níveis global, regional e nacional para a troca de experiências entre os países e setores envolvidos no ecoturismo;

43. fortalecer seus esforços em identificar os fatores que determinam o sucesso e fracasso das atividades de ecoturismo ao redor do mundo, de forma a transferir estas experiências e melhores práticas para outras nações por meio de publicações, missões de campo, seminários e projetos de assistência técnica. O Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e a Organização Mundial do Turismo (WTO) devem continuar este diálogo, promovendo, por exemplo, avaliações periódicas do ecoturismo em encontros internacionais e regionais;

44. adaptar, sempre que necessário, suas formas de financiamento e empréstimo às micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, que são a base da atividade, de forma a garantir sua sustentabilidade econômica a longo prazo;

45. desenvolver a capacidade dos recursos humanos internos para lidar com o turismo sustentável e com o ecoturismo como uma atividade de desenvolvimento em si só e garantir que o conhecimento interno, a pesquisa e a documentação permitam que o ecoturismo seja visto como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável;

46. desenvolver mecanismos financeiros para o treinamento e capacitação das comunidades indígenas e locais, permitindo que elas participem do desenvolvimento do ecoturismo;

E. Às comunidades locais e indígenas

Além das referências às comunidades locais e indígenas, feitas nos parágrafos anteriores desta Declaração, os participantes fizeram estas recomendações a estes grupos:

47. como parte de uma visão de desenvolvimento para a comunidade, definir e implementar estratégias para um aumento de benefícios para a localidade, incluindo o acesso à informação, o desenvolvimento humano, físico, financeiro e social, que venham com o crescimento da prática do ecoturismo;

48. fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável;

F. À Conferência de Desenvolvimento Sustentável Rio+10

49. reconhecer a necessidade de se aplicar os princípios de desenvolvimento sustentável ao turismo e o importante papel do ecoturismo na geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais;

50. integrar o turismo, incluindo o ecoturismo, nos resultados do evento.

Quebec, 22 de maio de 2002.

ANEXO III – Carta do Turismo Sustentável do ICOMOS de 1997²⁵

A **Carta de Turismo Sustentável** do ICOMOS estabelece as diretrizes para a promoção da atividade ecoturística, que são:

1. Devemos usar os recursos de forma sustentável. A conservação e o uso sustentável dos recursos – natural, social e cultural – é crucial e propícia a negócios a longo prazo.

2. Reduzir o excesso de consumo e gasto: isto evitaria os custos, a longo prazo, de restauração do meio ambiente danificado e contribuiria para a melhora da qualidade do turismo.

3. Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para o turismo sustentável de longo prazo.

4. Integrar o turismo ao planejamento: o desenvolvimento do turismo deve ser integrado ao planejamento nacional e local, estrategicamente e sem causar impacto ambiental, o que torna viável a longo prazo o turismo.

5. Sustentar o desenvolvimento de economias locais: o turismo comporta um vasto percentual de atividades econômicas locais e leva em consideração custos ambientais e valores que protegem aquelas economias e evita danos ambientais.

6. Envolver as comunidades locais no processo de turistificação: o pleno envolvimento de comunidades locais no setor do turismo não apenas as beneficia mas beneficia também ao ambiente em geral e aprimora a qualidade da experiência do turismo.

7. Consultar constantemente os investidores e o público: as consultas tanto à indústria do turismo quanto às comunidades locais, organizações e instituições são essenciais para um trabalho de equipe e para resolver possíveis conflitos potenciais de interesse.

8. Treinar a equipe de trabalho: a equipe de treinamento que integra o turismo sustentável deve recrutar empregados de todos os níveis com diferentes práticas de trabalho, para que haja a melhora da qualidade do produto do turismo.

9. Promover o marketing turístico responsável: o marketing que provê os turistas de informação completa e responsável, aumenta o respeito pelos lugares de destinação (ambientes natural, social e cultural) e pela satisfação do freguês.

10. Promover pesquisas na área: a pesquisa contínua deste setor e o seu monitoramento usando uma coleção e análise de dados (registros) são essenciais para auxiliar na solução de problemas e trazer benefícios aos lugares onde estão presentes, à indústria turística e aos turistas.

²⁵ Extraída de MARTINS (2001, p. 19-20).